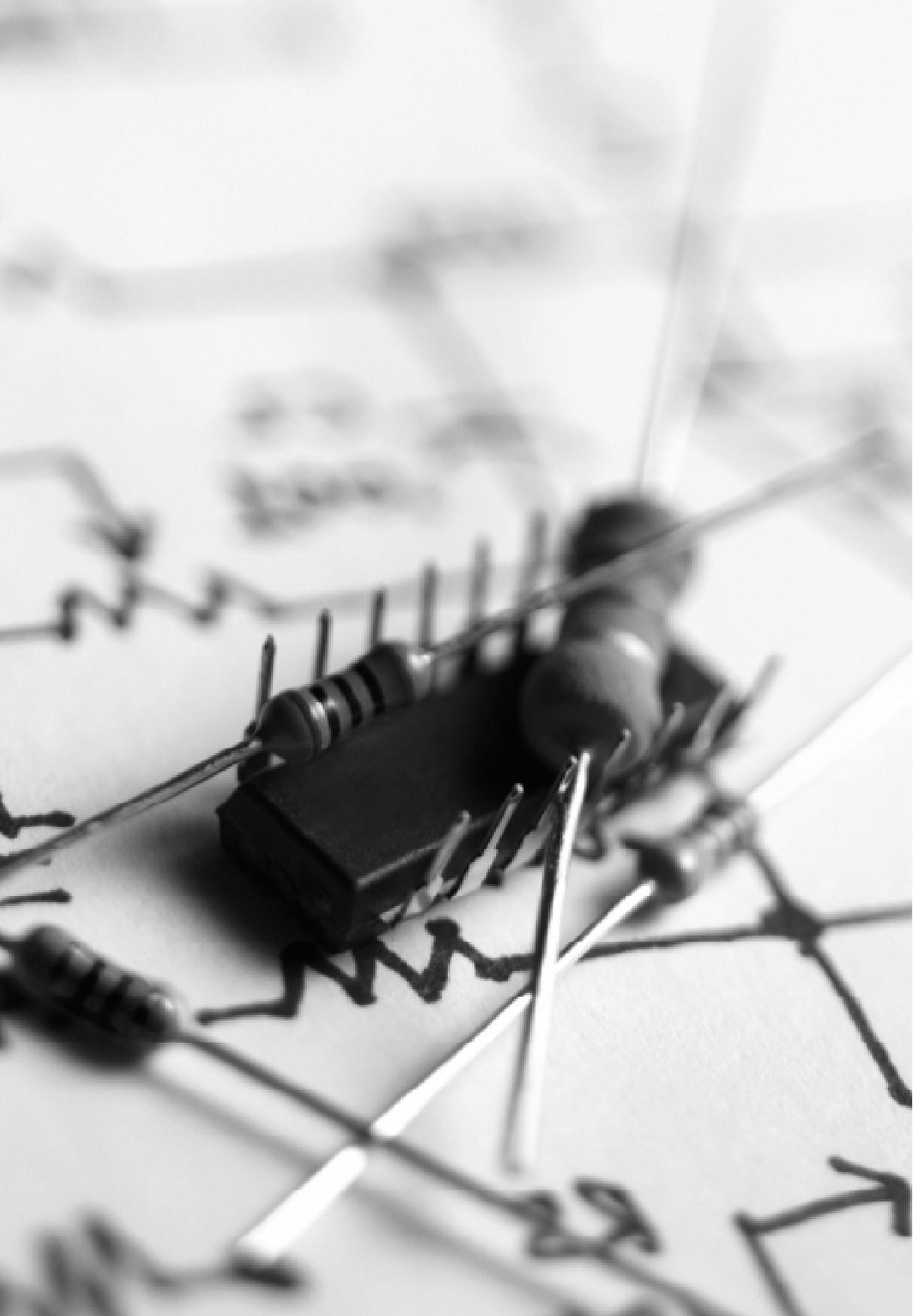


fórum

semiótica da comunicação política





O olhar comprometido¹

ERIC LANDOWSKI

Resumo O ensaio propõe, na sua primeira parte, uma discussão geral sobre o estatuto da semiótica discursiva e os rumos que a disciplina vem tomando nos últimos dez anos, desde que passou a se ocupar, mais diretamente, de um sentido *sensível* (um sentido cuja particularidade é justamente a de ser sentido). Nesse percurso, procura-se mostrar como, retomando de modo explícito a influência inicial da fenomenologia, as pesquisas recentes vêm evoluindo de uma semiótica dos discursos enunciados para uma semiótica da experiência sensível, passando por uma semiótica das situações. Para mostrar, concretamente, em torno de quais problemáticas teóricas a semiótica poderia orientar seus desenvolvimentos futuros, realiza-se, na segunda parte, uma análise dos regimes de sentido instaurados por um caso particular no domínio do político: a morte da Princesa Diana e a sua repercussão.

Palavras-chave semiótica, sociosemiótica, estética, presença, situação, interação

Abstract The essay proposes a general discussion of the principles and aims of the so-called Discursive Semiotics, putting the stress on the amplitude of its evolution during the last three decades. Initially limited to a strict application of structuralist methods of analysis to uttered discourses, the discipline assumes today the form of a sociosemiotics focussed on global "situations". From this point of view, perception and the phenomenological dimension of sensorial experience become relevant variables in the process of construction of meaning. Hence the present renewal of the reflexion on aesthesis and esthetics within the discipline. A brief analysis of the way how princess Diana's death was reconstructed by the media is presented as an example of the critical perspectives that such an approach allows to open, in particular, on the political level.

Keywords Semiotics, sociosemiotics, esthetics, presence, situation, interaction.

1. Texto original: "Le regard impliqué", *Revista Lusitana*, 17-18, Lisboa, 1998.

À margem das disciplinas bem consolidadas — história, sociologia ou filosofia, ciências da linguagem, do direito ou da política — mas, de certa forma, tirando partido de seu desenvolvimento, diversos pensadores acham-se hoje no dever de nos fornecer, de um modo metade explicativo, metade divinatório, o que pensar sobre nossa condição neste fim de século. O diagnóstico que extraem de suas observações é conhecido em grandes linhas: a morte das ideologias, o fim das “grandes narrativas”, a falência dramática das luzes, o desmoronamento geral dos sistemas, o fracasso da razão. Triste balanço! Na mesma linha, mais especialmente em termos de métodos, inscreve-se o tema da superação do estruturalismo, em seguida do marxismo, últimos avatares do “espírito de sistema” próprio da “modernidade”, justificando em consequência, a partir do fim dos anos 60, a intolerância declarada nos meios intelectuais “pós-modernos” com relação a toda nova tentativa de modelização do que diz respeito à produção ou mesmo à formulação dos conhecimentos no domínio das ciências humanas e sociais. Pobres esperanças!

Ora, como se algum sonho ruim tivesse terminado, ou como se uma luz se aproximasse, eis que os mesmos espíritos esclarecidos que nos ensinaram a enterrar nossas ilusões (isto é, a modernidade) e a aceitar nossa condição de homens sem critérios de julgamento e, por consequência, decididamente “sem qualidades” (isto é, pós-modernos), nos anunciam agora algo como o começo de uma nova era. Pois essa faixa da história, vazia de sentido e de valores, à qual, apesar dos pesares, acabávamos justamente de nos habituar, parece que, por sua vez, já cumpriu o seu tempo. Doravante, seria chegada a hora de, mais uma vez, mudar de humor, ou pelo menos de lentes, se não quisermos correr o risco de não enxergar o que de novo está prestes a acontecer à nossa volta com o terceiro milênio. Mas, neste caso, se nos é permitido fazer uma pergunta, e fazê-la de uma forma ingênua, assumindo o papel, a vocação e a curiosidade um tanto elementares do pesquisador (na falta da posição magistral do “pensador”, testemunha de seu tempo): *para onde vamos?* Para que formas inéditas de emergência do sentido e do valor, ou para que novas artimanhas do sem-sentido?

Para quem se contentar com respostas feitas, não será muito difícil encontrá-las, sobretudo em Paris. Para tanto, há duas excelentes instituições dignas de toda confiança: o Centro Georges Pompidou, à margem direita, e, à margem esquerda, o Colégio de Filosofia. São os dois principais estabelecimentos onde se elaboram ou, pelo menos, de onde são difundidas, em quase todo o mundo, as grades de inter-

pretação em forma de periodização às quais acabamos de nos referir, verdadeiros produtos de exportação, cuja utilidade não poderia ser supervalorizada. De fato, fixando as referências que permitem escandir a fluidez do tempo que passa, estes esquemas fornecem à conversação um quadro dos mais cómodos, para não dizer indispensável. Sem eles, ou outros equivalentes, nada de debates sobre os amanhãs que “nos esperam”, nem reflexões sábias sobre o sentido do tempo presente, ou ainda sobre o enigma do nosso devir! Saber o que significa ter sido modernos, e depois o contrário, e agora entender que mesmo isto já não somos mais, é o mínimo, em suma, para começarmos a nos interrogar sobre o que seremos.

Isto não impede que a história siga seu curso, indiferente àqueles que a recortam em pedaços ou que, mais radicais, proclamam seu fim. Ora, de nossa parte, enquanto sociossemióticos, mais do que as descontinuidades, são as formas em vias de construção, o não acabado — o devir —, aquilo que nos interessa. Não o devir social ou político tomado ao pé da letra, cuja análise pertence a outras disciplinas, mas pelo menos o devir dos *regimes de sentido* que *fazem significar* as transformações sociais ou políticas em questão. O que gostaríamos de captar um pouco melhor é o vivido do sentido nas suas evoluções ligadas ao próprio curso das coisas, tal como elas se apresentam, se é possível dizer, *vistas da ponte*, quase com os pés dentro d’água, e não como elas são concebidas à distância, *vistas das margens*.

Tomar, desta maneira, como objeto de análise o *devir do sentido* é, no fundo, tentar integrar em nossa disciplina — a semiótica — uma dimensão de caráter prospectivo, a exemplo das ciências políticas e econômicas, também vocacionadas a projetar, a partir da análise do *aqui agora*, as formas possíveis do *amanhã*. Infelizmente, os quadros conceituais sobre os quais se apóiam as pesquisas dos politólogos e dos economistas nesse domínio não podem nos prestar grande ajuda. Visando objetivar a história do tempo presente (por exemplo, em termos de “globalização” ou de “mundialização”) e adotando para isso um ponto de vista externo com relação ao seu objeto, a análise econômica, e mesmo a ciência política, não nos dizem praticamente nada sobre a questão propriamente semiótica que nós nos colocamos: a de saber se — e de compreender como — este tempo presente, que é o nosso, vem (ou não) a ser experimentado pelos sujeitos mesmos que o vivem do seu *interior*, como *fazendo sentido*, independentemente daquilo que ele possa parecer significar e anunciar quando interpretado de fora. Uma semiótica prospectiva, buscando responder a esse tipo de interrogações, requer modelos próprios que, em boa parte, ainda estão para ser construídos.

Tendo em vista o tipo de meta que perseguimos, compreender-se-á que precisamos deixar de lado os esquemas de interpretação prontos, que procedem de trã-

mites puramente especulativos, proclamando “a morte do sentido”, como se fosse uma verdade admitida, a única saída para a nossa “pós-modernidade”. Quando se trata de apreender no seu movimento um processo tão complexo como o da mutação de um regime de sentido — pois hoje é disto que precisamos dar conta (em todo caso esta será nossa hipótese) — é melhor afastar os clichês que têm como efeito excluir a própria idéia de um *devoir*.

O GESTO SEMIÓTICO

O cheio e o vazio

O problema inicial que se coloca para implementar nosso projeto se situa, portanto, no plano *epistemológico*. Seria possível um olhar verdadeiramente ingênuo, livre de todo quadro *a priori*? Um olhar capaz de apreender o mundo “tal como é em si mesmo”, ou, pelo menos, de captar a forma pela qual sua aparência faz sentido para os sujeitos? Ou, ao contrário, no momento em que escolhemos ignorar as grades de leitura ditadas pela moda, estaríamos reduzidos a nos entregar, ainda mais cegamente, a outro modelo convencional de construção e de representação de nosso objeto? E, no caso, a um modelo não apenas fora de moda (por sua inspiração estrutural e, mais precisamente, semiótica) mas que, além do mais, não fazendo mais do que mediatizar nossa relação com a realidade de uma outra maneira, também teria inevitavelmente, e por definição, o efeito de “deformar” nossa percepção dos fenômenos. Tal objeção nos obriga a distinguir as diferentes formas de conceber o que chamamos uma “modelização”.

Sendo todo modelo uma construção do espírito destinada a nos permitir falar de certas “coisas” (descrevê-las e compreendê-las), é possível reconhecer entre eles diferentes gêneros. Metaforicamente falando, alguns são como *conchas vazias*, enquanto que outros se assemelham a *ventres cheios*. Os mais cheios são feitos para aqueles que gostam de saber com antecedência o que fazer com os objetos à sua frente. Na realidade, temos apenas, neste caso, grades de interpretação, isto é, esquemas de reconhecimento e de classificação que, uma vez construídos, permitem atribuir a objetos novos — às ocorrências — um sentido que já foi fixado num plano mais geral, relativamente a grandes classes de ocorrências. Basta decidir, então, a que tipo anteriormente definido remete o caso específico sob exame, ou estabelecer com que protótipo geral ele mantém certo “ar de família”, para “saber” o que ele significa. A vantagem essencial da modelização assim concebida é de or-

dem prática: ela justifica a ausência de um trabalho de análise que buscaria levar em conta as características próprias dos casos particulares.

Por outro lado, os modelos no sentido estrito, os do segundo tipo, que pouca coisa contêm além do vazio, têm valor de puros quadros conceituais e metodológicos, conhecidos também como *teorias*. São instrumentos heurísticos a serem utilizados, e não saberes a professar; são instrumentos de trabalho mais ou menos eficazes, com a condição de postular (ao contrário do caso precedente) que nenhum objeto tem, por natureza, a vocação de entrar completamente em determinado setor de um sistema que fixaria de antemão o que ele pode ser e o que deve significar. Os modelos deste tipo oferecem pouco interesse para aqueles que se acreditam (mais ou menos dogmaticamente) detentores de um saber substancial *a priori*. Em compensação, representam o único recurso possível para aqueles que preferem considerar que, no fundo, não *sabem nada* — pelo menos por antecipação — ou, o que dá no mesmo, que se recusam, por princípio, a projetar sobre o real qualquer esquema de reconhecimento e de classificação preestabelecido. Neste caso, é no próprio objeto, considerado naquilo que tem de irredutivelmente único, que se deve procurar localizar os modos de agenciamento e as propriedades singulares que o fazem significar. Uma vez esclarecidos, são esses elementos que, finalmente, permitirão reconstruir no plano conceitual aquilo que, no princípio, era apenas da ordem do dado empírico, atribuir-lhe hipoteticamente um sentido e, assim, no melhor dos casos, transformá-lo em um objeto de conhecimento.

Para captar desta forma, isto é, estruturalmente (ou, semioticamente), o que alguma coisa significa — por exemplo, para dar conta dos possíveis significados de um gesto ou de uma expressão, de um texto escrito ou de uma imagem, de uma cerimônia ritual ou de um movimento de massa — não basta reconhecer nisto os traços genéricos de um tipo já conhecido. Pois nada conheceríamos, se procurássemos trazer tudo o que se apresenta para dentro de uma série limitada de casos já repertoriados, ocupando cada um o seu lugar no quadro de alguma tipologia dos discursos, ou, por que não, dos caracteres, ou ainda das fisionomias ou das neuroses, das mentalidades ou das práticas, dos estilos ou dos gêneros, e assim por diante. Pelo contrário, para compreender, caso por caso, aquilo que nos interessa ou, no caso de práticas, para captar “o que se passa”, o único meio é simplesmente *descrever e analisar* o material de que dispomos, isto é, tentar resgatar, na sua singularidade e sua especificidade, os efeitos de sentido resultantes da própria organização estrutural do objeto ou da prática em questão. Daí, evidentemente, a necessidade de um dispositivo que, ao iluminar bem os dados empíricos, permita construir, a partir das características observáveis da manifestação textual (ou gestual, ou qualquer outra),

uma rede de traços pertinentes cujas relações façam sentido, e tudo isso — tal condição é essencial — sem impor sobre o que aparece nenhum “saber” *a priori*.

Deste ponto de vista, o melhor modelo — o mais satisfatório para quem quer somente ver melhor — seria aquele que, pondo um pouco de luz, não projeta nada, ou projeta o mínimo possível sobre o objeto, pois toda a sua virtude está ligada à sua necessária vacuidade. Ele deve iluminar as coisas, permitir que se olhe de perto como elas são feitas, mas, sobretudo, não lhes colar etiquetas que fariam prejulgar o que existe atrás ou sob elas. Ora, se o aparelho conceitual que há muito tempo nos é familiar (e que utilizaremos na segunda parte, a propósito de um caso escolhido a título de ilustração, referindo-se ao político e a certos aspectos de nossa pretensa “pós pós-modernidade”), o da semiótica discursiva (ou da sociossemiótica), concebida na perspectiva de Hjelmslev e de Greimas, pode ainda prestar alguns serviços, a despeito da relativa estranheza dos fenômenos que os “tempos modernos” nos levam a tomar por objeto, é precisamente na medida em que ele não constitui uma grade enciclopédica — uma coleção de etiquetas —, mas uma simples fonte de luz, ou seja, um modelo *stricto sensu*, vazio de conteúdo e sem outra função que a simplesmente heurística. Não sendo nada mais do que uma certa iluminação, a modelização semiótica, enquanto tal, não nos diz nada de substancial sobre o mundo, nem sobre nós mesmos; em compensação, ela nos ajuda *a ver*, e por isso mesmo, nos permite *fazer* certas coisas sobre, ou com certas coisas, sem desnaturá-las demasiadamente ao fazê-las².

Reflexividade

Mas fazer o quê, e em relação a que tipo de coisas? Nós o dissemos há um instante: a modelização semiótica nos ajuda a compreender caso por caso, a tornar mais inteligível (o que já é uma das formas do “fazer”), ao mesmo tempo, “o que nos interessa” e “o que se passa”. Estas são, numa primeira aproximação, as duas ordens de dados sobre os quais operar. No entanto, o que encobrem mais precisamente cada uma dessas grandes categorias?

De um lado, toda espécie de manifestações significantes (ou assim supostas) que se apresentam como objetos, por assim dizer, estáticos, aparentemente fechados sobre si mesmos, como verdadeiros *produtos acabados*: um filme, um quadro,

2. Para uma apresentação geral do aparelho teórico e metodológico, cf. Greimas e Courtés (1979). Na mesma linha, mas mais particularmente sobre as tentativas de construção de uma problemática do social, cf. Greimas (1976), Landowski (1989, 1997c)

uma catedral, um relatório de inspeção, uma carta de amor, os restos de uma cidade depois da batalha, um buquê de flores, uma sopa de cebola, um romance. Tantas realidades constituindo cada uma um todo relativamente autônomo, uma totalidade de sentido, em uma palavra, o equivalente de textos, alguns verbais, outros não, mas que sob diversos aspectos se apresentam como auto-suficientes. E, de outro lado — mais interessantes a nosso ver —, manifestações que, pelo contrário, poderíamos considerar abertas, “dinâmicas”, ainda por vir, isto é, que não oferecendo o caráter de unidades fechadas, só se deixarão captar *em ato*. Não são textos (mesmo em sentido amplo), mas interações em curso, *práticas*, por exemplo sociais (micro ou macro sociais), *se fazendo*: uma greve que nunca termina, uma crise internacional que ameaça chegar, uma nova moda que se espalha repentinamente, ou, num outro plano, a cena doméstica que, de tanto se repetir, transforma-se num estilo de vida, ou ainda, menos trivial talvez, certa paixão que sentimos nascer em nós ou, ao contrário, que vemos se desfazer no outro. Tais processos, captáveis somente *in vivo*, gostaríamos também de poder analisá-los — tanto mais que, em vez de sermos suas simples testemunhas (como o espectador de olhar distante diante de sua catedral), somos agora, de maneira direta, partes interessadas no resultado da sua própria maneira de fazer sentido ao se realizarem.

É claro que, com indicações de caráter tão global, temos dito ainda muito pouco sobre a especificidade do “fazer semiótico”. Pois, se tudo o que nossos modelos nos permitem é simplesmente olhar melhor e, conseqüentemente, compreender melhor num plano geral isto ou aquilo — um pouquinho de tudo —, então eles não se distinguem em nada, por exemplo, dos modelos do historiador ou do sociólogo (talvez mesmo do psicólogo), dos quais poderíamos dizer a mesma coisa sem nos comprometer, colocando-nos no mesmo plano. Mais ainda, supondo que os citados modelos, aplicados à análise das práticas que formam a trama de nossa vida cotidiana, nos ajudam efetivamente a melhor construir suas possíveis significações, em que se distinguiriam daqueles, implícitos mas não menos existentes, do jornalista, do ensaísta ou mesmo do grande “pensador”, testemunha de seu tempo? Afinal de contas, a eles também é atribuída a tarefa de dizer e explicar “o que se passa”, de dar um pouco de sentido à desordem aparente das práticas que acontecem todo dia no cenário político, econômico, social, intelectual, e assim por diante. É preciso, pois, explicar mais a fundo a natureza daquilo que temos em vista, mesmo correndo o risco de complexificar um pouco o quadro.

Na realidade, fazer semiótica não é somente tentar compreender num primeiro grau certas coisas (discursos, paisagens, comportamentos, modas, rostos, estratégias, obras, etc.) que se apresentam aos nossos olhos, à distância, ou, algumas

vezes, nos tocam de mais perto, ou mesmo nos assaltam. E também não é apenas procurar desentranhar o sentido de nossa própria implicação nas peripécias de uma história (pequena ou grande, individual ou coletiva) que está acontecendo. É também — ou, na realidade, é sobretudo — tentar compreender, num segundo grau, *o que faz* com que compreendamos de tal maneira, e não de outra, o que compreendemos (aquilo “que nos interessa” ou aquilo “que se passa”). Graças a este desdobramento de níveis, há pelo menos uma modesta garantia para o semiótico: seu trabalho situa-se, certamente, num outro plano que não aquele adotado por um jornalista, pois, não satisfeito de relatar e descrever o que observa ao seu redor, ele tem, por princípio, além do mais, a preocupação ou a pretensão de analisar *seu próprio olhar* construindo o mundo, enquanto mundo significativo. Ao mesmo tempo em que testemunha do mundo “exterior”, ou mesmo parte interessada nos processos que analisa, ele se coloca, reflexivamente, como alguém que deseja compreender as condições de sua própria compreensão do mundo (por mais relativa que seja). Isto significa que, passando de um extremo a outro, do vivido tomado no primeiro grau a uma consciência epistemológica que seria (ou se acreditaria) capaz de dar conta, em ato, dos seus próprios modos de construção do sentido, ele se torna — eventualmente sem saber e, certamente, sem querer — “filósofo” à sua maneira? Talvez até mesmo fenomenólogo, apesar de si, da mesma forma que Sganarelle tornou-se um dia médico?

O fato de que estas reconversões profissionais não estejam, em si mesmas, absolutamente excluídas — questão de gosto e circunstâncias, de disposição e competência — indica, simplesmente, em nossa opinião, uma das opções possíveis a partir do tipo de questão que todo semioticista é levado a se colocar sobre o sentido em geral, e sobre o seu próprio trabalho com, e sobre, o sentido. Certamente para quem se interroga sobre as condições de possibilidade e sobre o estatuto do que chamamos “significação” (ou sobre o que é exatamente “compreender”), a tentação filosófica é imediata e a via traçada por este ou aquele grande precursor — Wittgenstein ou Husserl, Paul Ricoeur, Hans Georg Gadamer ou Jürgen Habermas — pode parecer o caminho real. Mas, e para o semioticista? Nesta ordem de idéias a tentação “fenomenológica” é, certamente a que possui um apelo mais forte para o semioticista, levando-se em conta as afinidades entre as bases de sua abordagem e as intuições fundamentais, em particular de um Merleau-Ponty. Por este motivo, cabe considerar que o caminho que ele deve seguir esteja, por antecipação, inteiramente traçado na *Fenomenologia da percepção*, em *Signos* ou em *O olho e o espírito*? De fato, no início dos anos 60, foi dentro das paragens da fenomenologia que nasceu o empreendimento semiótico lançado por Greimas. Também, sob muitos

aspectos, é para a mesma fonte de inspiração que, hoje, a pesquisa mais avançada se volta novamente, redescobrimdo, através da dimensão do “sensível” e da “estesia”, ao mesmo tempo a presença do corpo e a mediação da percepção como “lugar não lingüístico onde se situa a apreensão da significação” (Greimas, 1966: 8). Não é menos certo, contudo, que, apesar dessas afinidades se trata de duas abordagens distintas (voltaremos a elas abaixo) e que hoje, como ontem, “a semiótica” enquanto tal não tem vocação para se dissolver na “fenomenologia” como tal.

Afinidades e reconstruções

Aliás, o que se revela através das relações complexas, ao mesmo tempo de intimidade e de distância que, durante mais de trinta anos, regeram o modo de presença bastante particular da fenomenologia ao lado da semiótica, é uma atitude relativamente constante em muitos semioticistas: os “greimasianos” bebem um pouco daqui e dali, tomam emprestado ou se inspiram livremente, assimilam em grandes traços — recorrem a “bricolagens”, como dizia o mestre —, mas sem empenhamentos nem compromissos: permanecendo estritamente eles mesmos e não se deixando desviar facilmente do seu caminho.

No fundo, o próprio Greimas, na sua trajetória, apenas *crizou* com Merleau-Ponty. Nos seus escritos, ele o citou poucas vezes, mais freqüentemente refiriu-se a ele por alusão, mas, em parte alguma, faz uma leitura crítica e detalhada de nenhum de seus livros. Com relação a outros semioticistas, outros autores — Simmel, por exemplo, ou Sartre, ou Schopenhauer, e também “simples escritores”, Proust, Sterne, Musil ou Mann — contribuíram por contágio, por assim dizer, para a formação do “gesto” ou do “olhar” semiótico, sem que sua obra jamais tenha sido sistemática, metódica ou academicamente passada pelo crivo para se escolher o que era preciso reter ou rejeitar. Muitos dentre os que se consagram a construir a semiótica buscam assim, na coincidência entre seu próprio olhar e o do outro — pondo-se de lado toda a modéstia —, uma espécie de confirmação de suas intuições; pode mesmo ser o caso, no limite, de deixar-se impregnar por um tom ou pelo estilo de uma busca na qual acredita encontrar-se a si mesmo como um eco, mas sem por isso sentir-se obrigado a assumir como seu o conjunto das implicações teóricas inseridas nesse olhar incorporado.

Nessas condições, não é de se espantar que os semióticos apareçam, às vezes, como os maus alunos da classe, pelo menos para os guardiões das ortodoxias. Durante muitos anos eles foram criticados, por exemplo, por utilizarem um modelo, o “quadrado semiótico” (então muito apreciado) que, aparentemente, tomando em-

prestado a formalidade da lógica, não respeitava os princípios essenciais de sua construção. Mas, é que, nas mãos dos semioticistas, este quadrado roubado de Apuleio pela sua comodidade de apresentação mudara de natureza e função. Não se pretendia que ele permanecesse “lógico”, pois justamente tentava-se reordená-lo de maneira que pudesse servir para dar conta de operações ou propriedades aberrantes, ou pelo menos pouco pertinentes segundo o ponto de vista dos lógicos (como a possibilidade de conciliar os pólos de uma relação de contrariedade, ou como o fato de que o discurso, ao afirmar um termo, conserva na memória a negação de seu contrário) e, no entanto — ou por esta mesma razão —, absolutamente cruciais do ponto de vista semiótico, o da construção e da captação da significação *em discurso* (que, de fato, nada tem a ver com o cálculo das proposições).

Uma leitura mais atenta ou mais honesta teria permitido economizar o debate estéril que ocorreu e deslocar a atenção para um plano mais fértil. Caso se tivesse admitido que, adotando uma forma de esquematização conhecida, mas que, em si mesma, não pertencia com exclusividade a ninguém, os semioticistas não pretendiam “aplicá-la” tal qual a uma ordem de realidades para a qual não fora concebida, mas utilizá-la para determinados fins e, conseqüentemente, segundo princípios diferentes (mantendo, porém, a forma exterior), ter-se-ia podido então, proveitosamente, deixar de lado esta estéril constatação de mestre-escola — “Você não respeita as regras da lógica (e isto não está bem!)” — e substituí-la por verdadeiras questões — questões de pertinência: “Por que você tem necessidade de transgredir estas regras que ninguém pode ignorar?” Ou de eficácia: “Que ganho de inteligibilidade você tem com relação ao seu objeto?”³

De maneira análoga, ainda que sobre outro registro, nós bem sabemos que empregar hoje, em semiótica, expressões como “corpo *sentindo*” ou “semiosis *em ato*” (Geninasca, 1987: 213-216), falar de nossos modos de “*ser no mundo*” (Floch, 1997: 24 ss.), ou de “ritmos não verbais que manifestam o *provado* (em vez de representá-lo)” (Hénault, 1994: 12) ou tratar da “*presença a si*”, ou ao outro, ou do outro (Landowski, 1988, 1995, 1997c) às vezes com, e freqüentemente sem referência a este ou aquele autor-fonte determinado, é correr o risco de ser acusado de só praticar uma má fenomenologia⁴. Mas, neste caso também, as questões que se

3. Sobre estas questões doravante, em parte, mas não totalmente (nem para todo o mundo) “superadas”, cf. por exemplo, Landowski (1981) e, mais especialmente, as contribuições de G. Kalinowski e de A. J. Greimas.

4. Para um olhar crítico sobre a natureza do “casamento” (em eclipses) entre semiótica e fenomenologia e sobre o circuito fechado que, do primeiro livro de Greimas, *Sémantique structurale* (1996) ao último, *De l'imperfection* (1987), parece conduzir a reflexão semiótica de Merleau-Ponty... a Mer-

colocam, pelo menos para nós, são muito mais de pertinência e eficácia: com que finalidade as expressões do gênero evocado são atualmente retomadas no contexto semiótico, como elas são retematizadas, e sobretudo — pondo de lado a preocupação com a ortodoxia — que benefício pode-se tirar delas, em termos de abertura sobre os objetos e de problemáticas novas para a semiótica? — Um benefício considerável aos nossos olhos, e isto nos leva ao essencial.

O SENTIDO, ENTRE SUJEITO E OBJETO

Textos e práticas

O benefício essencial dos reencontros com a inspiração fenomenológica é o fato de ajudarmos a sair de uma problemática do “texto” no sentido estrito, ou, antes, no sentido trivial do termo. Durante muito tempo, a semiótica foi tida (e ela mesma se considerou, em larga escala) como um método de análise do conteúdo. Ingenuamente (de dentro) ou por provocação (de fora), esperava-se que ela dissesse *o sentido dos textos*. E, é claro, ela não podia fazê-lo. Não por falta de instrumentos de leitura, pois ela já havia forjado alguns, relativamente eficazes. Mas, por causa de um mal-entendido sobre o objeto. De fato, mesmo considerando que os textos (assim como outras coisas) *fazem sentido*, isto não quer dizer que o sentido que seria o seu — essa espécie de “perfume” que parece emanar deles e que, ou nos envolve imediatamente, ou só se deixa definir a custa de muitos esforços — esteja presente como uma propriedade, uma dimensão, um componente substancial, ou seja, como uma coisa a ser descoberta e que esperaria desde sempre a nossa passagem para se deixar, um belo dia, apreender. Se o sentido não existe para se “pegar” (como seria um tesouro quando se cava a superfície) é porque ele, em todos os casos, deve ser *construído*: “compreender” é fazer, é operar, é construir.

Isto nos faz retornar à definição das duas ordens de manifestações que apresentamos acima como nitidamente separáveis: de um lado, os “textos” e, de outro, as “práticas”. Na realidade, é difícil não ver os pontos fracos desta distinção. De um ponto de vista empírico, não há dúvida de que se trata de dois gêneros de objetos de natureza muito diferente. Assim, podemos imaginar, de um lado, a título de textos, as leis e regulamentos que organizarão, por exemplo, o direito de greve e, de

leau-Ponty, cf. notadamente Marrone (1995a). Ver também Frayse-Pereira (1995), Tatit (1995), Marsciani (1996) e Pozzato (1997).

outro lado, como prática (ou como conjunto complexo de práticas múltiplas e entrelaçadas), uma greve efetiva. Paralelamente, pode-se prever também a aparição, na imprensa, de narrativas que relatarão o que está acontecendo. Evidentemente, não estudaremos a mesma coisa, segundo a escolha que faremos de um ou outro elemento. Cada um deles faz sentido, mas não todos exatamente da mesma maneira. A lei e os regulamentos, assim como também o relato jornalístico dos acontecimentos, são objetos-textos referentes a certos processos — processos considerados ou como virtuais, e então a serem contidos dentro de certos limites (do ponto de vista do direito), ou (segundo a perspectiva da imprensa) como já realizados, pelo menos em parte, e a serem avaliados. Mas a greve, em si mesma, não é um “texto” que trata de um processo. Ela é o próprio processo, um conflito cuja saída é ainda incerta, onde se enfrentam atores que, pelas suas práticas respectivas, procuram defender seus interesses específicos: estudar a greve propriamente dita não será, pois, trabalhar primeira nem unicamente sobre textos, mas tentar captar a organização e o sentido das próprias práticas em questão. Até aqui a distinção ainda parece sustentar-se.

Entretanto, por mais duro que seja o afrontamento, podemos supor que nenhuma das partes envolvidas passe a totalidade de seu tempo a combater: nem os grevistas, nem os patrões que os enfrentam, nem o governo que procura provavelmente servir de árbitro, nem os usuários, nem, *a fortiori*, a “opinião pública”, chamada a servir de testemunha de tudo. Nos intervalos entre as ações, isto é, ao lado do que, visto de um dos dois campos, denominar-se-á “prática militante” (em oposição às “práticas repressivas” do outro campo), haverá também o *tempo de ler*: ler, por exemplo, o texto da lei, para saber o que ela prescreve para esse tipo de circunstâncias, e a imprensa, para saber o que ela diz sobre o fato presente. Ora, esta leitura não é, nem pode ser, uma leitura “distanciada”. Cada uma das partes lê ao contrário — isto é, constrói o sentido dos textos, e dos mesmos textos no caso presente — de um ponto de vista diferente, inseparável daquilo que fundamenta o seu tipo de prática (“militante”, “repressiva”, etc.). A partir disto, ainda quando os textos são “textos” propriamente ditos, seu sentido não procede, inteira e diretamente, daquilo que eles “são” enquanto “textos”. Ele depende, ao mesmo tempo, dos pontos de vista de leitura adotados por cada um, isto é, da posição de cada leitor, enquanto ator inscrito num universo de práticas em conflito.

Assim, a própria leitura acaba por adquirir o estatuto de uma prática entre outras, não menos estratégica do que, por exemplo, a ocupação dos locais de trabalho ou o envio da polícia para evacuá-los. Conseqüentemente, não somente o sentido dos textos a serem lidos se constrói *em ato*, mas o próprio “ato de leitura”

realizado *em situação* assume valor de ato. Vemos, a partir disto, em que plano a distinção introduzida acima começa a ceder. Não no plano das formas de manifestação, porque, deste ponto de vista, podemos efetivamente manter a oposição entre objetos fechados, acabados, estáticos, que continuaremos a chamar “textos”, e a idéia de processos abertos, em devir, chamados “práticas”. É do ponto de vista das modalidades segundo as quais estas manifestações de ordens diversas fazem sentido, que a oposição, ao contrário, enfraquece-se. Enquanto que as práticas (ocupação ou evacuação da fábrica) só fazem sentido sob a condição de serem, por assim dizer, lidas — como se fossem textos — os textos, pelo contrário (a lei, os comentários da imprensa), só fazem sentido, em definitivo, em função das práticas específicas de seus leitores.

Mas, para que práticas e textos signifiquem alguma coisa, é preciso que essas manifestações, seja qual for a sua natureza respectiva (e o observador que as leva em consideração), apresentem *em si mesmas* um mínimo de traços estruturais que permitam justamente que sejam “lidas”. É aí que problemas delicados começam a aparecer, embora não se trate ainda especificamente de problemas *da semiótica*, mas de questões que, pela sua própria generalidade, desafiam todas as teorias da interpretação há pelo menos um século. Em termos quase triviais, a questão no fundo é a seguinte: se existe sentido, de onde ele procede? — *Do objeto*, que, neste caso, deveria ser concebido como um dispositivo não apenas dotado de uma significação unívoca que lhe seria inerente, mas também organizado de tal maneira que esta sua significação não tenha como deixar de se impor a quem quer que o leia? Ou, pelo contrário, *do sujeito* que, “lendo”, construiria o sentido dos objetos (textuais e outros), senão em completa liberdade, pelo menos em função de determinações próprias, de ordem individual ou social que pouca importância dariam às características intrínsecas do dado submetido à leitura? Ou ainda *da relação* entre essas duas instâncias, de uma espécie de coordenação entre o que, caso por caso, o objeto propõe como operações de leitura (e, em consequência, como possibilidades de “interpretações”) e a maneira como os sujeitos dispõem do que o texto lhes oferece?

Semiologia e desconstrução

Sabemos que cada uma destas hipóteses, uma objetivante, a outra subjetivista, e a terceira do tipo relacional, foi explorada no quadro das reflexões contemporâneas sobre a linguagem e, mais geralmente, sobre o estatuto da significação e do próprio sentido do “sentido”. A primeira opção — aquela que está mais ligada a corrente positivista — nos leva brutalmente para trás, porque para nós o sentido

não pode ser instalado, como uma coisa, nas coisas. Mas, sigamos por um instante o raciocínio que nos é proposto. Sustentam os mais realistas que, para que o mundo faça sentido, é necessário (e suficiente) que, não somente os produtos da cultura, mas também os da natureza sejam “codificados”. É a este preço que a realidade nos fala e, mais ainda, que fala a si mesma: como nós, os menores organismos vivos que se conhece — os genes, as bactérias — não *se comunicam* também entre si? É que um código, genético ou outro qualquer, fornece-lhes os meios para isso. E como, segundo esta ótica, o que vale para o ser mais elementar vale também, por extrapolação, para os planos mais complexos, bastará, seja qual for o nível — do biológico ao social — conhecer o código para poder decodificar, em outros termos, para reconhecer, sem equívoco, os conteúdos das mensagens de diversas ordens veiculadas pela própria escritura das coisas e, portanto, para que entre emissores e receptores haja entendimento (ou pelo menos compreensão).

A versão francesa desta abordagem científica, chamada “semiologia” (definindo-se ela própria como a “ciência dos sistemas de signos”), foi ilustrada pelo estudo minucioso dos brasões e outras linguagens artificiais, incluídos até mesmo os sinais do trânsito rodoviário — mas não mais do que isto. De fato, no momento em que, por oposição às significações convencionais dos sinais do semáforo, os efeitos de sentido ligados, por exemplo, às expressões de um rosto ou à atmosfera de uma cidade, ao tom de uma conversa ou à forma de um texto (mesmo pouco elaborado) não são, propriamente falando, “codificados”, segue-se que nenhuma destas realidades — no entanto também destinadas a serem lidas — poderia, na perspectiva especificamente semiológica, ser considerada portadora de significações articuladas, nem tomada como objeto de análise, porque o território de investigação do semiólogo termina precisamente onde as codificações unívocas começam a falhar. Constatamos, no entanto, que a escola americana, partindo dos mesmos postulados mas provando uma audácia maior na sua aplicação, estende, pelo contrário, o seu campo de observação ao universo inteiro, neste caso concebido como uma imensa rede de troca de sinais de toda espécie, alguns convencionais, inventados pelas culturas, os outros naturais, isto é, inscritos na própria matéria das coisas, em geral sob forma de impulsos físico-químicos: de onde, por exemplo, uma “phyto-semiótica”, ou ciência da comunicação aplicada ao reino vegetal. Ainda que, de um lado do Atlântico, o universo do semiólogo se encolha até tornar-se derrisório, ou que, do outro, ele infle até estourar, está claro que, em ambos os casos, toda figura de sujeito está ausente por construção. Ora, esta é uma maneira bastante explícita de responder à questão do sentido: pode ser, dirão os semiólogos, que, além dos códigos instituídos, exista ainda “sentido” em algum lugar e para alguns, mas na

perspectiva semiológica, desse sentido aleatoriamente projetado sobre as coisas (por não se encontrar objetivamente instalado nelas), nada se pode falar. Veremos mais adiante que adotar essa visão seria esvaziar depressa demais o que chamamos de o “vívido” dos sujeitos, isto é, falando agora como os fenomenólogos, o *fazer sentido* de nosso ser no mundo.

No entanto, já que evocamos posições radicais, podemos constatar que, também em outro extremo, isto é, do lado do “pós-estruturalismo” e da “desconstrução” (pós-moderna, por definição), o sentido novamente tende a desaparecer ou a se dissolver, mas por razões inversas àquelas sustentadas pelos semiólogos de todos os lados. Desta vez, é o objeto que vamos ver desaparecer em face de um sujeito que, correlativamente, tende a ocupar todo o espaço, excluindo qualquer outra forma de positividade toericamente concebível. Radicalizando até a caricatura um dos princípios fundadores do estruturalismo e esquecendo os demais, a atitude desconstrucionista elimina toda restrição que poderia delimitar a interpretação e faz de cada leitor um pequeno soberano em matéria de construção de sentido. Partindo da idéia (doravante, um tanto repisada) que nada jamais faz sentido, a não ser em função de uma posição determinada de leitura — já Saussure ensinava que é mesmo o ponto de vista que cria o objeto —, deduz-se pois a impossibilidade de atribuir a qualquer coisa, e em primeiro lugar, a qualquer texto, um sentido que lhe estaria intrinsecamente ligado. Ao contrário, haverá tantos intérpretes, tantos pontos de vista distintos e, conseqüentemente, tantas leituras diferentes que serão todos, por direito, equivalentes. E certamente, tendo em vista a pluralidade dos níveis possíveis de apreensão do dado e de seus modos de construção imagináveis enquanto matéria significativa, encontrar-se-á sempre, escolhendo o ângulo apropriado em relação ao objeto empírico, traços suficientes para justificar qualquer leitura, por mais idiossincrática, subjetiva ou mesmo aberrante que seja. Único limite à deriva interpretativa uma vez engajada neste caminho, uma certa ética de leitura.

Esta manhã recebo uma carta. Seu sentido não está completamente claro para mim, mas me parece que se eu a tomo “ao pé da letra”, ela põe em causa todas as minhas relações com o meu correspondente. No entanto, será que posso, honestamente, dizer que a carta que me foi dirigida realmente autoriza esta leitura à qual, sem dúvida, presta-se o texto que recebi? Ou então, não seria eu mesmo que, interpretando da minha maneira, estaria criando, quase deliberadamente, algum mal-entendido? Da mesma forma, na origem de muitas destas “cenas” evocadas acima (sob o rótulo da “vida a dois”), não haveria, pelo menos da parte de um dos interlocutores, algo como um *parti pris* interpretativo, um *querer fazer dizer* às palavras do outro algo mais do que aquilo que, no fundo, queriam dizer? *Parti pris* que con-

siste em jogar com a literalidade do dito — da estrutura superficial do enunciado — contra o próprio sentido da enunciação, como ato. No entanto, adivinhamos que, a partir do momento em que se engrena esse tipo de desnivelamentos, essas análises terão pouca chance de serem compreendidas e só poderão, no máximo, retardar por um ínfimo instante a crise do sentido e, logo, a sua morte prometida. Para frear esse delírio interpretativo, será necessário que, num certo momento, aquele que começou a se entregar a ele renuncie à parcialidade (segundo as duas acepções do termo) de sua leitura ou de sua escuta e se resolva, ao contrário, a reconhecer a *positividade* que, justamente, preferiu ignorar: o discurso do outro *enquanto totalidade fazendo sentido*. Em outros termos, seria preciso que, cessando de privilegiar, por princípio, alguns signos artificialmente isoláveis do todo do qual fazem parte, ele postule a possibilidade de um efeito de sentido global, ligado à presença do outro em cada um dos níveis de articulação semiótica que jazem sob aquilo que enuncia.

E na falta deste postulado — ou desta generosidade, pois, no fundo, trata-se de dar crédito ao outro de um sentido que, mesmo passando pela letra do texto, também a supera e, portanto, não está e não pode estar inteiramente nela inscrito —, não há “diálogo”! Ora, com o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e o desconstrucionismo, não entramos na era do puro solilóquio e do cada um por si? Esquecidas todas as metalinguagens, banidas todas as regras de procedimento, abolidos todos os critérios de validade, cada qual com sua leitura! E que se compreenda que todas se equivalem, pois, doravante, não se trata mais de participar da construção de um sentido partilhado, mas de “brincar” de desconstruí-lo (o que, incidentemente, supõe, pelo menos, que ele existe) e, nisto mesmo, como se diz, de “gozar”. De que exatamente? Não do texto, isto é, do objeto, e, conseqüentemente, em definitivo, da relação com o outro que aí se faz ouvir (e ao qual se faria justiça dando-lhe uma chance de fazer sentido graças a uma escuta atenta, voltada para a captação do que “quer” dizer a organização imanente de seu discurso), mas da recusa que se lhe impõe, usufruindo não *com ele*, mas contra ele, o seu próprio “prazer”. Prazer solitário por construção e, literalmente, às avessas, o qual pode apresentar duas formas típicas: aquela de uma divagação que, permitindo-se o “livre jogo dos significantes”, reconduz aquém da crítica impressionista de antanho e deságua, em geral, por falta de talento, na insignificância e no lugar-comum; e, menos inofensiva, aquela da denúncia militante (ou “desconstrucionismo” em sentido estrito), que sistematiza o *parti pris* de leitura e o processo de intenção, orquestrando tudo isto à maneira do obscurantismo terrorista⁵.

5. Conforme o enfoque sempre de atualidade de Searle (1983) e Eco (1987/1992).

O inteligível e o sensível

Mantendo-se a igual distância das duas posições extremas que acabamos de descrever, a semiótica estrutural (ou se preferir “discursiva”, ou ainda — para personalizar as tendências — “greimasiana”) procura, por sua vez, colocar a questão da emergência do sentido, concentrando-se na dinâmica da própria *relação* entre sujeito e objeto. É isto essencialmente que, no plano dos princípios, permite compreender as afinidades que a ligam à corrente fenomenológica. O sentido, desta vez, não deverá ser descoberto no meio das coisas ou ser reconhecido nas mensagens codificadas postas em circulação pelo outro, e muito menos ser inventado gratuitamente. Será preciso *construí-lo*, e construí-lo *a dois*. Porque, se ele existe, só pode ser, semioticamente falando, como produto da *colocação em presença* de duas instâncias, oferecendo uma e outra o caráter de entidades organizadas, competentes para *interagir em situação*, uma enquanto “sujeito”, outra enquanto “objeto”, mesmo que estas posições sejam, em geral, intercambiáveis.

“Presença”, “situação”, “interação”: estas são, com efeito, algumas das principais noções que é preciso reter se se deseja abordar a especificidade do “fazer” semiótico, pelo menos naquilo que ele oferece hoje de mais vivo. Tendo como objetivo a captação do sentido enquanto dimensão provada de nosso ser no mundo e desejando manter um contato direto com o cotidiano, o social e o “vívido”, a pesquisa semiótica atual se orienta cada vez mais explicitamente para a constituição de uma *semiótica da experiência*, em particular sob a forma de uma sociosemiótica. Sem dúvida nenhuma, outras correntes, testemunhando preocupações em parte diferentes (notadamente um cuidado maior pela coerência metalingüística e pela autonomia epistemológica), coexistem dentro da disciplina: questão de temperamento e de estilo que não implica, necessariamente, em clivagens teóricas decisivas. Seja como for, a semiótica que privilegiamos é, por assim dizer, *extrovertida*: trata-se de uma abordagem menos interessada em provar sua própria existência, ou se justificar perante si mesma, do que em dar conta de como o mundo faz sentido à nossa volta.

E é aqui que encontramos as grandes interrogações no estilo “fim de século” que evocávamos no início, relativamente aos avatares do sentido — do sentido em geral — no contexto de nossa modernidade em crise, ou pior, já mais do que superada. Podemos agora reformular estas questões em termos mais precisos: será necessário doravante nos contentarmos em chorar (ou, por que não, em cantar) depois de tantas outras mortes, a morte última, a morte *do sentido* (e do valor, que ele subtende)? Ou nossa tarefa é fabricar instrumentos que nos permitiriam melhor

sentir e, se possível, analisar as formas de sua eventual renovação? Evidentemente, é em direção da segunda destas opções que nos leva o desafio semiótico, ao mesmo tempo porque sabemos que estaremos sempre “condenados ao sentido” (Greimas, 1970), e porque acreditamos que, para analisar as novas formas que ele hoje está assumindo (para o melhor e para o pior), existem já, na panóplia conceitual e metodológica de nossa disciplina, diversos instrumentos disponíveis: é isto que precisamos agora tentar justificar e, muito brevemente, ilustrar, com a intenção de destacar as grandes linhas daquilo que poderia ser uma (sócio-) semiótica em contato com os problemas de nosso tempo. Que gênero de desafios nos lança então o mundo “como ele é”? Sobre que coisa nossa pretensão de relevá-los pode se apoiar, para nós teóricos, analistas e críticos do sentido?

Vemos bem, em termos gerais, em que plano o nó da questão se situa: assim como certos historiadores das idéias sustentaram que cada época gera, espontaneamente, sua epistemologia adequada, podemos dizer, hoje, que encontramos verdadeiramente a nossa? Nada é menos certo. De fato, no momento em que a maioria dos sistemas de racionalidade tradicionais parece ter parado de funcionar satisfatoriamente, em que, entre outros domínios, o *político* enquanto tal é considerado em crise por toda parte, em que as formas de elo social, mesmo as mais elementares, parecem se dissolver e em que os grandes aparelhos de difusão e de regulação do saber e do crer — desde a escola até as mídias — são a todo instante questionados quanto a sua credibilidade, como não reconhecer que as ciências sociais em seu conjunto, entre as quais a semiótica (tão diretamente interessada em tudo isto quanto as demais), apresentam com relação à vida real algum atraso, enquanto modelos de inteligibilidade e previsibilidade? Praticando diferentes variantes de um mesmo tipo de abordagem esquematizante e racionalizante em face de seus respectivos objetos, nenhuma delas — a não ser que se renovem em profundidade — não parece mais estar em condição de dar conta eficazmente “do que se passa” no seu próprio terreno.

Diante desta constatação, uma palavra-senha, invocada algumas vezes quase de maneira mágica, fez sucesso: *complexidade*! O termo serve primeiro para resumir um diagnóstico de conjunto: se em nossas sociedades pós-industriais, tudo, desde os modos de sociabilidade e os comportamentos políticos até as finalidades da pesquisa científica ou as práticas da criação artística, toma doravante formas que dificilmente permitem discernir um sentido, é porque entramos na era das “sociedades complexas”. De onde a evidente necessidade de reformar nossos princípios de leitura do mundo que se tornaram inoperantes por serem simples demais, redutores demais, esquemáticos demais em relação às exigências do tempo: terminado

o unívoco — viva o polifônico, o vago, ou melhor ainda, o caos! De tal forma que o nome do diagnóstico torna-se agora também o do próprio remédio que nos salvará: para compreender o complexo, *complexifiquemos!*

Na perspectiva da semiótica, tal slogan toma imediatamente um sentido técnico preciso. Complexificar será, no mínimo, duas coisas. Primeiro, na análise dos sistemas de representações e de valores que nos interessam (porque eles sustentam discursos e práticas), evitar se ater aos termos polares, isto é, aos *contrários* (do tipo vida *versus* morte, dentro e *não* fora, mesmo ou outro, etc.), utilizados para manifestar as categorias semânticas de base, e, em compensação, concentrar a atenção nas estratégias de sentido fundadas na exploração do termo chamado justamente *complexo* (ao mesmo tempo, isto e seu oposto), que subsume os precedentes, mas também do termo *neutro* (*nem* um *nem* outro), que torna possível sua superação e, talvez, sobretudo, dos termos *subcontrários* que regem estados instáveis e designam espaços de transição (*já não* totalmente isto, mas *ainda não* verdadeiramente o oposto) (Landowski, 1997c: 66-67). Em seguida, tratando-se de dar conta dos processos de construção do sentido em ato (portanto, do que “se passa”), isto significará abster-se de considerar qualquer elemento de uma relação isoladamente dos outros, por exemplo um “sujeito” — enunciando, agindo ou sofrendo — independentemente do “objeto” (ou, mais geralmente, do “Outro”) que o faz ser enquanto tal, *hic et nunc* (Landowski, 1997c: 68-70). Em outros termos, evitar-se-á, por princípio, reduzir os actantes a entidades predefinidas em substância e como que reificadas. Em compensação, será focalizar a atenção sobre a dinâmica das relações que as partes envolvidas na interação mantêm umas em relação às outras (da manipulação ao contágio, passando pela persuasão), considerando-se que unicamente desta dinâmica dependem tanto a definição, a cada momento renegociável, dos estatutos e dos papéis respectivos dos protagonistas, quanto a especificidade dos efeitos de sentido que resultarão das modalidades de seu encontro ou mesmo, mais radicalmente, de sua simples co-presença.

Num passado recente, estas considerações gerais estiveram na origem de uma evolução teórica que conduziu primeiramente à radicalização dos princípios da semiótica narrativa clássica — isto é, uma teoria da ação “em papel” foi pouco a pouco substituída por uma teoria da práxis “em ato” (Fontanille, 1997) —, e depois à sua superação ou, mais justamente, ao seu aprofundamento e à sua reinterpretção no quadro de uma semiótica que se pode caracterizar doravante, em seu princípio, como *estética* (Marrone, 1995a, 1995b, 1998a). A passagem efetuou-se por meio de trabalhos heteróclitos em aparência, no que diz respeito a seus temas — pesquisas sobre a percepção, sobre a presença, sobre o gosto, sobre o contágio,

sobre o corpo em geral (Marsciani, 1990; Keane, 1991; Ouellet, 1992; Assis Silva, 1996; Landowski e Fiorin, 1997; Landowski, 1998a) —, mas que tomam raízes todos numa mesma noção, a de estesia, tal como proposta no último livro de Greimas, já citado, *De l'Imperfection*: obra chave, na medida em que reorienta a disciplina para a exploração do "sensível", isto é, de uma dimensão dos processos de construção e de apreensão da significação, cuja problemática tinha sido até agora mantida em suspenso (Marmo e Pozzato, 1989; Landowski e Oliveira, 1995b; Landowski, 1997b; Dorra, 1998b). Duas grandes pistas se delineiam a partir daí. Enquanto que a primeira conduz à análise da experiência estética *stricto sensu* e leva a uma renovação da abordagem semiótica das obras literárias e dos objetos plásticos (Geninasca, 1984/1987; Pozzato, 1991; Bucher, 1997; Floch, 1995b; Oliveira, 1997, 1998), a segunda deságua, de maneira geral, numa melhor compreensão das próprias condições de nosso ser no mundo, enquanto mundo significante (Marsciani, 1994, 1998; Pozzato, 1995; Dorra, 1997, 1998a). Compreender-se-á que seja esta última a que se mais nos interessa aqui, levando-se em conta as perspectivas que ela abre no que se refere ao estudo propriamente sociosemiótico dos regimes de sentido em situação e de suas transformações.

DOIS REGIMES DE SENTIDO

Da política ao político

Como anunciado, chegamos finalmente, à guisa de ilustração, ao exame de um "caso" particular, entendendo-se que não se tratará de fazer sua análise detalhada, mas somente de tirar partido dele para mostrar em torno de que gênero de problemáticas poderiam se organizar alguns dos desenvolvimentos futuros de nossa disciplina. A ação se passa em Londres, na rua, no início de setembro de 1997.

O que ali se passa jamais foi visto antes. Diante da rainha, todo um povo, ou quase, se levantou, se mobilizou, se juntou. Não para exigir empregos ou mais justiça como se faz ainda, por vezes, do outro lado da Mancha, mas simplesmente *para chorar*, em massa e em boa ordem. Pois, o mundo inteiro foi devidamente informado, a Princesa de Galles acaba de morrer. E o que esta nação em lágrimas espera diante do palácio de Buckingham, terminar-se-á por lhe ser concedido: um gesto, uma palavra, um pequeno sinal, uma onça da *presença real* para apaziguar a dor universal mostrando que ela é compartilhada. Nada a mais e, no entanto, o trono quase vacilou. — Agora, qual importância deve-se atribuir a estas peripécias?

Simple acesso de febre de verão, por definição passageiro, e que não teria tomado uma tal amplitude se as mídias não o tivessem impulsionado tão indulgentemente? Ou bem, mais em profundidade, não seria que o que está em jogo, de um lado e de outro das grades do palácio, revela como hoje se deslocam socialmente os lugares de emergência do sentido, e mais particularmente como, em política, um regime de sentido em vias de morrer está sendo substituído por um novo?

A resposta que se dará depende tanto do “drama” ele mesmo quanto do que se convencionou (por decisão ou por tradição) reconhecer como “político”. Duas concepções ao menos são possíveis sobre este ponto. A primeira, plena de bom senso, consiste em considerar como político *o que trata da política*, “a política” ela mesma sendo definida como o que concerne à atribuição e ao exercício do poder relativamente à gestão dos negócios de interesse comum no interior de um Estado (ou, por extensão, de qualquer outro tipo de unidade social determinada). Uma vez colocado esse quadro ortodoxo, é claro que um politólogo consciencioso dificilmente poderia considerar o “caso” do qual falamos como sendo um objeto de seu campo de abordagem. Efetivamente, quais prerrogativas, quais funções, quais responsabilidades juridicamente estabelecidas, qual mandato institucional, a Princesa de Galles exercia na organização dos poderes públicos? Nenhum. Quais procedimentos, eleitorais ou outros, previstos para assegurar a continuidade do funcionamento do Estado sua morte desencadeou? Nenhum. Na falta desses, Lady Diana pertencia por acaso a algum partido? Que incongruência! Atuava ela ao menos por ou sob a influência de algum grupo de pressão conhecido? Impensável, salvo se rebaixar a defesa das grandes causas humanitárias (sua preocupação maior ao longo dos últimos anos) a triviais questões de interesse... Em suma, a desaparecida podia bem pertencer a tudo que se considera de mais prestigioso, ao *establishment*, à corte, ao círculo dos grandes deste mundo — e, mesmo, por que não, ao povo, pois, segundo confessou o então primeiro ministro, ela tornou-se nem mais nem menos a “rainha do povo” por um dia — e, contudo, nada em seu percurso permite considerá-la como uma personalidade do mundo político propriamente dito. Admitamos, portanto, esse fato: tão midiaticizada que possa ter sido a vida de nossa heroína, foi *à margem da política* que ela se desenrolou. E o drama de sua morte também.

Não é menos verdadeiro, entretanto, que, paralelamente, tudo isso se desenrolou *no coração* do que, sobre um outro plano, chamaremos de *o político* — no masculino —, esta substituição de gênero gramatical marcando a passagem de uma leitura dos acontecimentos quase caricaturalmente limitativa para um ponto de vista mais englobante, de inspiração semiótica. Enquanto que “a” política, tal qual a concebemos habitualmente, é pensada como um espaço fechado no interior do

qual um certo número de homens e de instituições previamente reconhecidos como dele “fazendo parte” exercem diferentes funções repertoriadas e codificadas (umas pelo direito, outras pelo uso), “o” político, do modo que o entendemos, não tem nem conteúdos substanciais nem fronteiras fixas *a priori*. Ele foge assim de toda definição de tipo referencial fundada sobre a enumeração de elementos empíricos que o comporiam por natureza. E ele não tem também vocação à estabilidade no tempo. Pois ele não é fundado nem sobre textos, nem sobre códigos, nem mesmo sobre simples hábitos que, fixando suas formas, garantiriam-lhe um mínimo de permanência. Não se apoiando sobre nada dessa ordem (o que, porém, não exclui que se possa lhe encontrar outros modos de enraizamento na tradição), ele não tem existência a não ser como uma criação coletiva a cada instante renovada e, portanto, potencialmente, a cada instante mutante.

Avançando na mesma direção, poder-se-ia mesmo chegar até a dizer que em um certo sentido *o político*, assim entendido, no fundo não *existe*: em todo caso, não como “uma coisa inscrita entre as coisas”. E desse ponto de vista, o político partilha exatamente o mesmo estatuto que o sentido, esta “coisa” jamais dada, nem mesmo a descobrir, mas infundavelmente a construir. Mais ainda, “o” político não é outra coisa que o sentido, em ato. Suas formas mutantes não fazem mais do que traduzir a maneira específica pela qual uma coletividade se sente ela mesma como tal no momento em que *o estar-junto* de seus membros começa a *fazer sentido*. Para isso, precisa-se, evidentemente, de um pretexto, uma ocasião, um gatilho e talvez, antes de tudo, de um suporte figurativo: um corpo, por exemplo, uma silhueta ou uma voz adequadas, levando em conta o lugar e o momento, e algumas vezes nada mais que a expressão de um rosto — um olhar. Pois se nada em si é político, tudo, praticamente, pode vir a sê-lo circunstancialmente, isto é, ser suficiente para suscitar a emergência de um sentido em torno do qual a massa “ganhará corpo”, ou seja, reunir-se-á e reconhecer-se-á como uma unidade coesa e viva.

Tudo, aí incluso, como vimos nesse fim de verão de 1997, uma princesa de novela (ou de contos de fadas), cuja imagem, servindo na ocorrência de catalizador, na falta de outros simulacros disponíveis, permitiu, de maneira completamente inesperada, a toda uma nação “cristalizar-se” — “ligar-se” (como se diz de um *aioli* que ele “liga-se”) —, transformando, por um tempo, o que não era mais até aquele momento, e desde longa data, nada mais do que uma coleção de indivíduos separados, privados de “ligação social” (como dizem os sociólogos), num povo solidário, indivisível, e quase surpreendido por se reconhecer, de repente, ele mesmo como um todo, orgânico e vivo. Momento paradoxal! De luto em primeiro lugar, mas ao mesmo tempo, também, de fervor e quase de juventude para uma nação suposta-

mente envelhecida (e que, até um certo ponto, ela mesmo se enxergava assim), mas que reencontrava, no mais profundo de si, ímpetos comparáveis àqueles de uma outra época, àqueles de uma juventude presumidamente perdida! — Diana, Lady Mountbatten, Churchill: já não existem, ao que parece, “grandes narrativas” e, no entanto, em torno desses nomes, e graças a essas figuras legendárias, é bem com o fio de uma História que não está ainda morta e que não parece ter perdido todo sentido para aqueles que a vivem, que ainda hoje pode acontecer que todo um povo renasça, uma vez mais unido... Como não admitir que isso também seja da ordem do político?

Como já deve ter ficado claro, nossa passagem do feminino ao masculino corresponde mais precisamente a uma mudança de *regime de sentido*. Enquanto que “a” política, no melhor dos casos, *tem uma significação* — ao menos para aqueles que o querem e que sabem nela se reencontrar — “o” político, ao contrário, *faz sentido* imediatamente e para todos (salvo vontade deliberada, individual ou local, mas, em todo caso, estatisticamente residual, de resistir). Pode não estar inscrito sobre as listas eleitorais — porque, dizem, “votar não significa mais nada” — e, no entanto, sentir-se parte de uma totalidade em ato. E isto tanto mais fortemente quando, em circunstâncias excepcionais, sob o chamado de uma “imagem” imediatamente capaz de se impor pela qualidade de sua presença, a noção um tanto abstrata de uma sociabilidade por definição inerente a todo “viver junto”, encontra-se substituída, com a força da evidência, por um sentimento generalizado de pertença comum, aquele de um *estar-com*, direta, íntima e “visceralmente” vivido por cada um. De um lado, sob o regime de significação característico “da” política, cada um (cada segmento da sociedade, cada família ideológica, no limite, cada indivíduo) se esforça — hoje, parece, muitas vezes em vão — para articular por si uma certa representação do mundo que torne as coisas mais ou menos inteligíveis. Sob o outro regime, por sua vez, é o grupo todo que se sente como tal, em bloco, através da experiência vivida por cada um de seus membros de sua própria inclusão em uma totalidade que o engloba e de onde irradia o sentido sob uma forma imediatamente *sensível*.

Nenhuma metáfora se esconde sob este último adjetivo, dado que neste gênero de grandes momentos de “comunhão” é, de fato, pela mediação do plano sensorial e, em particular, pelos efeitos de contágio afetando primeiro os corpos, que o sentido advém. Corações batendo em coro, corpos postos diretamente em contato pelo gesto, pelo tato ou, como no nosso caso, simpaticamente, pelos choros, é em primeiro lugar sobre o plano da intersomaticidade (mais do que da intersubjetividade) (Landowski, 1996) que se realiza este “milagre”: um momento de fusão em

que o social faz corpo, enquanto que o mundo toma (ou retoma) gosto — mesmo que, no caso em questão, fosse somente o gosto das lágrimas —, e em que o *político*, ele também, começa (ou recomeça) a “existir”, como sede de um sentido *sentido*.

CRISE DE REGIMES

Mas isso não é tudo. De fato, os dois regimes de sentido dos quais falamos fazem mais do que se distinguir em teoria ou se alternar. Na prática, eles podem também coexistir em um único e mesmo espaço-tempo, toda a questão estando então em saber sobre qual modo. Eis precisamente o que dá um acréscimo de interesse ao episódio que estamos examinando, pois são os problemas mesmos colocados pela delicada co-existência entre esses regimes — e mais exatamente pela sua confrontação — que constituíram durante uma semana crucial o nó propriamente dito da ação. Deixando de lado o processo acionado contra os “paparazzi”, está lá, como todos se recordam, um dos aspectos do drama sobre os quais as mídias mais abundantemente glosaram, chegando, em alguns casos, até a se prognosticar (um tanto apressadamente) a abertura de uma verdadeira crise de regime *institucional*, a partir da crise dos regimes *de sentido* efetivamente em desenvolvimento.

O palácio, interrogava-se, vai terminar, ou não, por se submeter ao “pedido simbólico” que crescia na rua? A corte, a despeito de seu estilo tão “compassado”, iria aceitar se curvar — e saberia ela se conformar — ao regime de sentido unanimemente tido como o único aceitável em tais circunstâncias, aquele ditado pelo “coração”? Em resumo, a rainha iria enfim *chorar*, como todo o mundo? — Ou, mantendo-se na definição institucional de sua função, permaneceria ela, e os seus, indefinidamente à distância, acantando-se no cumprimento de antigos rituais talvez ainda ricos de significações para alguns iniciados, mas já quase vazios de sentido aos olhos da maioria, pela simples razão que eles procedem (por construção) não de uma estratégia da presença sensível, mas, exatamente do oposto, de uma lógica da representação política hoje largamente desqualificada por seu caráter puramente “formal”?

Um simples caso de protocolo ameaçava assim tornar-se um verdadeiro caso de Estado. Na Inglaterra, sabe-se desde Vitória, a rainha dificilmente se revela “emocionada”. Mas pode ela se mostrar ao menos “tocada”? Se sim, até que ponto e diante de quem, em quais termos e em que momento? Sobre todos esses planos, como escolher no caso que nos ocupa, sem tomar explicitamente partido por um ou outro dos dois grandes princípios de semiotização da coisa política que estavam se afrontando e dos quais, bem entendido, todo o mundo sabia que eles reenviavam,

respectivamente, a espaços e perfis sociais distintos, assim como a forças políticas (no sentido usual do termo) opostas entre elas? Nestas condições, a coroa, em princípio responsável pelo funcionamento regular (quase poderia se dizer “prosaico”) dos poderes públicos — dito em outros termos, teoricamente guardiã *da* política concebida como gestão das diferenças e pensada como prática de mediação — não iria ela de um dia a outro ser levada a se renegar, ou a se demitir? Em ambos os casos, seria evidentemente reconhecer sua impotência diante da onda popular *do* político, diante da irrupção de um modo de estar-junto nem previsto por tal ou outro filósofo do direito nem concebido por algum teórico da democracia, mas propriamente *vivido, hic et nunc*, pelas massas, no modo (seria necessário dizer poético?) da pura efusão coletiva, como a experiência imediata de uma coalescência transcendendo as subjetividades. E isto, a ponto de fazer inopinadamente ressurgir este tipo de totalidade que, parece, tornou-se rara nos dias de hoje: um *nós*⁶.

Por felicidade, foi então que a soberana soube encontrar o gesto — um pequeno “banho de multidão” nas portas do palácio, mas o primeiro, parece, de todo o seu reinado — e as poucas palavras de *compaixão* (dito de outra maneira, de compromisso) que, taticamente, se impunham: “Amaria homenagear Diana, uma pessoa excepcional”⁷. Sua tarefa teria sido simples se se tratasse apenas de modular a expressão, esperada por todos, de sua “tristeza” — sincera ou fingida, pouco importa — de maneira a torná-la sensivelmente crível, sem, todavia, cair num exibicionismo contrário ao pudor ou às conveniências! Esse gênero de dosagem (*patético, ma non troppo*) faz parte do ordinário ofício de rei e mesmo, para bem dizer, de muitos outros também. A dificuldade a resolver estava em outro lugar, e era mais árdua: o que se precisava encontrar, com urgência, era uma modalidade enunciativa que, sem deixar de ter o valor de uma manifestação afetiva de ordem pessoal (pois que esta era tão ardentemente desejada), tivesse também um alcance propriamente político enquanto testemunho institucional ritualizado. Ora, vê-se bem que, por natureza, a segunda dessas exigências levava numa direção exatamente oposta à primeira: a do apagamento do “eu” enunciator atrás da instância absolutamente *impessoal* que a soberana tinha precisamente por missão encarnar, a saber, o Estado, a “coisa pública”, com sua vocação à universalidade e à permanência, bem além, portanto, das contingências ligadas ao lugar e ao momento, por mais penosas que

6. Mesmo se é sabido que a aparição desta forma sociopolítica do “nós” (como “maneira de se sentir no meio dos outros”) deixa, de fato, sobre um outro plano, ontológico, as “subjetividades” “fora do alcance”, como o sublinha Sartre tratando do sentido do *estar com* (1943: 147).

7. Cf. *Le Monde*, 7-8 de setembro de 1997, p. 3, “Elisabeth II salue la mémoire de son ancienne belle-fille” (artigo assinado M. C.).

fossem. Em outros termos, como — de maneira convincente — fazer *ato de presença* diante de um povo tomado por uma tamanha aflição, sem, por outro lado, trair a *missão de representação* que incumbe um chefe de Estado, sabendo que quanto mais o eu-sujeito se faz presente em seu enunciado (notadamente pela exteriorização dos seus estados de alma), mais risco se corre então de se ausentar este outro “eu” — este não-eu, ou este “eu simbólico” (comumente designado pelo “Nós” de majestade) — que define teoricamente a figura mesma do *representante*?

É verdade que entrar sobre o plano patêmico — ceder ao contágio universal das lágrimas como de todos os lados lhe era convidado — não estava de acordo, segundo a maioria dos comentaristas, com o “temperamento” da rainha. Mas esse gênero de conjectura psicológica ignora o essencial. O “comedimento”, antes de ser um “traço de caráter”, era, no caso, um dever de Estado. Talvez se deva ainda precisar em que sentido: não, trivialmente, porque uma soberana deve respeitar as regras do protocolo (e da decência!), mas porque no quadro do tipo de sistema político considerado, sua função mesma não era outra que de *significar a diferença semiótica* fundadora de todo o edifício constitucional: a que separa um “representante” não daqueles em nome dos quais ele age, mas *de si mesmo* enquanto indivíduo singular. Pois no universo “da” política, “eu” é sempre um “outro”, por estatuto. Nesse sentido, a “transparência”, a “autenticidade” — a imediata adesão de si a si mesmo — não poderia aí ocorrer; e é por esta simples razão, ademais, que a política, como regime de sentido instituído, não poderá jamais que frustrar a espera de “verdade” que se exprime no desejo *do* político.

O problema, portanto, não era de saber se a rainha conseguiria enfim, a despeito de suas supostas inibições, extravasar sua dor “como todo o mundo”, isto é, em primeiro grau, deixando-a aparecer. Tratava-se em compensação de saber se, e como, no momento mesmo em que ela iria exprimir a própria pena, isto é, em que se apresentaria diante de todos, não fosse isso apenas um instante, como um puro sujeito do padecimento — corpo e alma tomados no presente imediato de sua “dor” —, ela conseguiria também manter e exprimir o hiato, o afastamento, a diferença, em uma palavra, a *distância* (simbólica) constitutiva do regime de sentido do qual ela era a chave da abóbada. O que as circunstâncias assim lhe impunham realizar era, efetivamente, uma performance no limite do possível, e, em todo caso, um exercício eminentemente paradoxal: efetuar num único gesto um ato que respondesse exatamente à complexidade estrutural da situação, quer dizer, cuja *significação*, em termos de *representação*, transcendesse — mas sem o abolir — o *sentido*, em termos de *presença* imediata e sensível: exercício não menos espinhoso que aquele, de algum modo simétrico, do qual a falecida, Diana, fez a seu modo uma

especialidade, e que consistia, ao contrário (nós aí retornaremos em um instante), em deixar sistematicamente despontar sob o jogo da representação o sentido de uma presença “autêntica”, sobremaneira tocante.

Assim, como o sugeriram no momento um pequeno número de analistas, sobressaindo-se audaciosamente em relação ao tom geral, foi a uma verdadeira exigência semiótica, que ultrapassava em muito sua pessoa, que a rainha obedeceu mantendo até o fim — tanto quanto convinha, mas finalmente não mais do que era necessário — uma “distância” analisável não como *separação* intersubjetiva, quer dizer social (entre ela mesma e “os outros”), mas como *distinção* intrasubjetiva, entre o indivíduo — o “eu”, com seus sentimentos — e a pessoa pública assumindo sua função. Justo o que precisava, em primeiro lugar, para reacomodar o brasão da família Windsor e, em seguida, sobretudo, para salvaguardar o essencial, quer dizer, além do equilíbrio constitucional, a *complexidade* mesma de um sistema de construção do sentido em política fundado sobre o princípio de uma pluralidade de regimes semióticos, e ativado pela confrontação entre eles. O político e a política se encontrando assim, no último momento, como reconciliados, não teria então (não desta vez, em todo caso) exclusão de um desses regimes pelo outro. O devir semiótico do sistema político ficava aberto. Como escreveu então um célebre “midiólogo”: Admirável Inglaterra!⁸

Desdobramentos

Várias questões se colocam a partir deste esboço de descrição, umas de caráter geral que deixaremos para a conclusão, outras diretamente relativas ao caso específico sob exame. Como, em primeiro lugar, explicar o papel desempenhado, na base de todo este caso, não pela pessoa mesma de Diana Spencer, que em verdade nenhum entre nós conhece, mas pelo seu simulacro, por esta *figura construída* que nos foi oferecida (deixemos de lado a questão de saber exatamente por quem) sob o nome de “Lady Di”? Como dar conta da eficácia excepcional deste *objeto semiótico* capaz de catalisar uma “massa tímica” de tamanha amplitude — todo um

8. R. Debray, “Admirable Angleterre”, *Le Monde*, 10 de setembro de 1997, p. 14. Cf., paralelamente, E. Landowski, “Régimes de présence et formes de popularité”, in *Présences de l'autre*. O artigo de *Le Monde* retoma, termo por termo, as articulações conceituais apontadas — em termos “greimasianos” — naquele livro da P.U.F. (1997c) publicado alguns meses antes. Faltava traduzir nossas proposições numa linguagem que as fizesse mais aceitáveis mundanamente: disso encarregou-se o “midiólogo” em seu artigo, reformulando-as na terminologia “peirceana”.

povo, em corpo e alma —, sem falar de seu impacto mais difuso nos quatro cantos do mundo?

Um primeiro elemento de explicação poderia ser procurado, em termos da semiótica narrativa clássica, na posição estrutural de nossa heroína: “Lady Di” conheceu seu apogeu, e mesmo morreu, se se ousa a dizer, na posição típica de um *subcontrário*⁹. Ela procurava efetivamente definir seu lugar, por definição instável, no espaço mesmo de *transição* entre dois pólos contextualmente apresentados como antagonistas e supostos categoricamente fixados na sua contrariedade. Entre a Corte, o “grande mundo”, aquele das “tradições”, e este que era na ocorrência designado como seu antípoda: um meio visto ao mesmo tempo como estrangeiro (*unbritish*) e como aquele do dinheiro (que mais vale quanto mais rápido é adquirido). Entre o espaço *público*, claro, e a esfera do *íntimo* (ou do estritamente “privado”). E, sobretudo, em termos mais precisos, entre um espaço-tempo definível como aquele da *apresentação de si* (ou mesmo da própria encenação) — aquele de uma vida enternecedora de “santa” e de “pecadora” (um não indo sem o outro, como se sabe), vida inteiramente devotada aos outros (àqueles que ela “amava”, àqueles que ela “ajudava”), mas sistematicamente vivida em representação, porque diante de todos os tipos de terceiros (espectadores, pessoas curiosas, *paparazzi* ou “bons” jornalistas, ou seja, em definitivo, nós mesmos) — e, por outro lado, um tempo e um espaço outros, utópicos, talvez: os de uma pura *presença a si*. Ou ainda, entre, de um lado, uma cena aberta diante de nós, mas que ela não terminava de estar deixando e, de um outro lado, em algum lugar alhures, sem que se possa claramente dizer onde, o espaço fechado — reservado, protegido — de uma radical “autenticidade”, em direção à qual ela estava supostamente se orientando.

Há, com toda evidência, nessa forma de errança identitária, alguma coisa caracteristicamente “pós-moderna”. Trata-se de uma personagem em ruptura com seu universo social de origem, mas que ainda não encontrou o espaço “outro” onde poderia enfim se realizar; mais geralmente, ela já não é mais o que parece ser, mas ainda não é exatamente o que se está tornando; e assim em diante. É talvez essa maneira de aparecer como não estando nunca em nenhuma parte exatamente *no lugar*, e sobretudo o fato de assumir como tal esta relativa indeterminação, que fez da princesa uma figura emblemática de nosso tempo: aquela de um sujeito perpetuamente em trânsito porque indefinidamente em mutação, ou seja, em busca de si mesmo. Essa “complexidade” inerente à personagem não constitui, entretan-

9. Sobre a escolha do subcontrário como estratégia para sair fora de um determinado “sistema”, qualquer que ele seja, cf. Landowski (1997c: 66-67).

to, o único fator explicativo de seu sucesso. Semioticamente falando, existe ao menos um outro, que vai no mesmo sentido e o reforça. Não se trata mais da gramática narrativa, mas dessa problemática “estética”, cujo interesse já havíamos destacado acima (e que, alguns defendem, deveria substituir os modelos ditos “standards” e não, como o cremos, a eles se ajuntar)¹⁰. Esse fator, diretamente ligado à ordem do figurativo, do afetivo e do sensível, consiste nisto que a posição sintática instável e o papel actancial ambivalente, que caminham em par e que acabamos de assinalar, “Lady Di” os encarnou figurativa, somática — *esteticamente* — de uma maneira perfeita. Uma atitude familiar, um pequeno gesto de aparência anódina parece-nos resumir o essencial sobre este plano: toda Princesa que ela era, esta mulher sabia admiravelmente — irresistivelmente — *abaixar os olhos*.

Ora, encontra-se aí por excelência o que se deve chamar de uma *atitude* (estésica) *de subcontrário*. Reflexo de “humildade”, claro, que diz, em primeiro lugar, enquanto signo gestual socialmente convencionado, que o sujeito não assume inteiramente a “alta posição” que, de fato, ele ocupa¹¹. Mas este olhar abaixado que se encontra em tantas fotos da “Princesa de grande coração” faz mais que isso. Implicitamente, além de toda codificação social, ele exprime por ele mesmo e faz, direta e intersomaticamente, *sentir* todo o “drama interior” de um sujeito que, estando determinado a buscar seu próprio caminho no *entre dois* (entre os contrários que o contexto social, político, ideológico, propõe), encontra-se constantemente em estado de desdobramento. Por exemplo, nem vedete, nem reclusa, “Lady Di” nos aparece simultaneamente como uma e outra; ou, mais justamente, a vemos passar a todo instante de uma a outra posição: vedete “a contragosto” (é possível), mas isso em razão mesmo do desvelamento, em boa parte taticamente calculado, de seus próprios “segredos”¹². De tal modo que, por mais que ela queira ser “ignora-

10. A obra inaugural desta perspectiva, sabe-se, é o último ensaio de A. J. Greimas, *De l'Imperfection* (1987). Entre os numerosos trabalhos que, passados esses mais de dez anos, inscrevem-se na mesma linha, a da abordagem semiótica do *sensível*, assinalamos notadamente: Assis Silva (1996); Dias (1997); Dorra (1988, 1997, 1998a); Floch (1995a e b, 1997); Geninasca (1984/1987); Hénault (1994); Keane (1991); Landowski (1997a; 1997b, terceira parte; 1997c, cap. III, IV, VII; 1998a); Marmo e Pozzato (1989); Marrone (1995a, 1998b); Marsciani (1990, 1995); Oliveira (1997, 1998); Pozzato (1995, 1997); Rebillou (1998); Tatit (1994, 1995).

11. Cf. Assaraf (1993). Como os jornalistas não deixam nada escapar do que é pertinente, sabemos que ao olhar abaixado da falecida Princesa, lisível como uma denegação posicional, veio responder traço por traço, da parte da Rainha, um gesto explícito de reafirmação e de reivindicação estatutária, evidentemente orientado em sentido oposto: foi com “o queixo elevado em desafio” que Elisabeth saudou a memória de sua antiga nora” (M. C., art. cit., *Le Monde*).

12. Para uma descrição sistemática deste gênero de estratégias de ocultação ao mesmo tempo que de desvelamento, cf. Landowski (1989, “Jogos ópticos”).

da" (ou proclama querer sê-lo), mais ela torna-se de fato visível e mais ela está exposta, perseguida e celebrada. É que sua vontade anunciada de ser e de viver "como todo mundo" não se opõe ao cumprimento de seu destino de "mulher mais fotografada do século"; ao contrário, esta é uma das condições essenciais: lógica paradoxal, bem que banal, de um percurso que joga sistematicamente com a implicação recíproca entre os contrários, e faz de sua pessoa e de seu drama a imagem designada de nossas próprias ambigüidades.

É justamente esta experiência — uma maneira permanentemente desdobrada de viver seu próprio ser no mundo — que se faz diretamente sensível para nós, por *contágio*, quando, por uma espécie de síncope do olhar, esses olhos parecem se ausentar por um instante da cena — como se fosse para convocar o nosso testemunho do exterior —, ou parecem deslizar-se sob a superfície das aparências para nos reencontrar numa relação mais "verdadeira". Antes de toda linguagem articulada, esse olhar que *manifesta o próprio experimentado* nos faz então — um instante — viver, por assim dizer, "na carne" do outro¹³. Do mesmo modo, ainda que sobre um plano mais superficial, descobrimos a Diana aristocrata, claro, e, ao mesmo tempo, seu contrário ou, de novo, seu duplo: princesa, mas "do povo", como foi dito e repetido à exaustão. Pois eis aqui não somente, graças a sua "naturalidade", uma "Lady" (ademais, a eleita das mídias) que se revela uma pessoa "muito simples", sem a falsidade nem as pretensões da alta sociedade e, logo, "perto de nós" — por assim dizer, *como nós* —, mas também, graças à sua faceta "rebelde" e, melhor ainda, "perseguida", eis um membro da "realeza" que se enfileira do nosso lado, *conosco*, contra os preconceitos (senão os privilégios) deste *establishment*, do qual ela revela-se tanto vítima quanto encarnação. E incluso neste plano, é ainda pela mediação do mesmo olhar, que nós acabamos por aderir esteticamente a um gesto que envolve, em realidade, o sujeito inteiro, como corpo: um corpo que se dá a sentir simultaneamente como sendo ainda prisioneiro de seu espaço próprio e como já dele fugindo — seria isso tão somente através dos olhos — para se projetar em direção de um "alhures", talvez aquele ao qual nós também aspiramos.

Eis então uma personagem distinta de nós, certamente, ao menos por seu *status*, mas que, no fundo, apresenta-se como nosso próprio reflexo, como a emocionante encarnação de um destino que consiste em jamais ser ela mesma, a não ser *como um outro*, em que cada um pode ser tentado a se reconhecer. Sobretudo, quando (último paradoxo) essa busca de si mesmo se mostra — se exhibe — como

13. Relativamente à elaboração de uma problemática semiótica do contágio enquanto "fazer ser" intervindo aquém de todo procedimento de persuasão, cf. Landowski (1996; 1997c, cap. V e VII; 1998a).

vivida de um modo tão “autêntico”, à maneira de um verdadeiro estilo de vida. Compreende-se melhor então a mais manifesta de todas estas ambivalências, aquela da qual nós partimos: Diana, figura “tocante de espontaneidade”, “transtornadora pela verdade de sua presença” no exercício de suas missões humanitárias, ainda que raras tenham sido, aparentemente, as suas atividades neste plano que escaparam do âmbito de uma caridade profissionalmente midiaticizada. O fato é que, precisamente, enquanto um objeto semiótico (isto é, tendo para nós um sentido), nossa princesa só existe mediante sua perpétua negação de identidade, que ela cultiva diante de nós e que, talvez, pode ser a metáfora mesma do sentido, ele também indefinidamente diferente daquilo que ele é. É isto que permite, afinal de contas, a esta “madona de cabeça baixa”¹⁴ dizer-nos, com um sucesso antecipadamente assegurado, o olhar esvaído entre duas ou três câmaras: “Apesar de toda esta encenação, você vê bem, quando *eu o olho*, que você não poderá jamais duvidar de minha sinceridade”. Ora, se nós nos deixamos convencer — se cremos neste olhar — é em virtude do mesmo regime de emergência do sentido: sob o efeito de uma presença sensível que se oferece publicamente na sua imediaticidade, *em ato*.

Sem deixar de aplaudir essa performance bem sucedida, observemos, para acabar, que não há, no entanto, estrategicamente falando, nada de radicalmente inédito no seu princípio. Pois, o que faz essa grande estrela mediante todas essas oscilações entre os contrários? À sua maneira principesca, é, na realidade, um jogo de desdobramentos bastante clássico que ela pratica: de sua altura, pois que sua posição lhe permite, ela se “rebaixa” até nós, o mais perto, de modo que o efeito de sentido produzido no contato de sua presença imediata faça esquecer a significação convencional de seu estatuto. Em suma, nada mais do que com o olhar, *She stoops to conquer*: ela se rebaixa, mas para vencer. Em termos de regime semiótico, isso se poderia traduzir dizendo que ela “desce um degrau” (por “debreaagem” seguida de “reembreaagem”), fazendo aparecer sob o papel predefinido (já enunciado, fixado nos discursos sociais objetivantes) a “pessoa” mesma, o *sujeito enunciante*, presente, sensível — em uma palavra, “tocante”. Isto, é verdade, não exatamente para “conquistar” (pois seu lugar não está no mundo *da* política), mas para nos seduzir: para, ao mesmo tempo, se fazer “amar” e nos fazer “sonhar”. E não seria de fato somente nesta dupla condição, isto é, sob o efeito de qualquer sedução, que nos ocorre, de tempo em tempo, esquecendo a “prosa” do mundo — e da política —, entrar neste outro universo de sentido, sonhado e sensível (sensí-

14. D. Schneidermann, “La tête penchée”, *Le Monde* (suplemento Télévision, radio, multimédia), de 14-15 de setembro de 1997, p. 39.

vel porque sonhado, e tanto mais sonhado quanto mais sensível), que chamamos aqui o político?

EM SITUAÇÃO

Não queremos exagerar o alcance do caso em questão, por nosso turno dramatizando, ainda que de uma outra maneira. No entanto, mesmo muito sucinto, o exame que acabamos de fazer não pode não desembocar sobre uma certa forma de interrogação crítica. De fato, com o que nos envolvemos durante aquelas semanas de efusão e de compaixão? Uma fórmula lingüisticamente híbrida, vinda do Canadá, talvez aponte uma resposta — uma resposta um pouco contraditória nos termos, como exige a situação: o que nos foi dado a ver, pode bem ser, no fundo, uma pequena mostra (ainda anódina) do que poderia ser uma sociedade *totalitária soft*¹⁵. Pois ninguém pode tê-lo esquecido, mesmo se a rainha da Inglaterra fosse, no momento, a primeira a *dever chorar*, estivemos todos, de fato, envolvidos, todos submissos ao mesmo *dever de aflição*. Era como que obrigatório estar tocado e mostrá-lo. O drama midiaticizado, o “espetáculo”, tinha se tornado a realidade mesma de cada um: ao mesmo tempo um tema de conversa rigorosamente inevitável (como pode ser o retorno obsessivo de uma presença perdida) e um estado de alma que, se não era partilhado por todos, era, pelo menos, apresentado como o único correto para todos sem exceção.

Ora, mais geralmente, é sobre a base dos mesmos princípios que se constitui o que, na tradição filosófica, chama-se de *sensus communis*, este sentimento coletivo de estar junto fundado sobre os poderes do sensível — configuração que reencontramos aqui por um outro viés, sob o nome *do político*. Abordando-o agora numa perspectiva mais global, pode-se mensurar toda a ambivalência. De um lado, a ativação da dimensão sensível — afetiva e estética — representa, sem dúvida, uma das condições necessárias à constituição do social (do “nós”) enquanto comunidade fundada sobre os valores de partilha e de solidariedade viva. É uma banalidade lembrar que uma sociedade é sempre, e talvez antes de tudo, comunidade de gostos e de afetos, tanto quanto pacto racionalmente articulado ou associação de interesses. De um outro lado, no entanto, vê-se bem — hoje melhor do que nunca — em que direção esse componente é susceptível de conduzir por pouco que o estético

15. Expressão emprestada ao dramaturgo quebequense René-Daniel Dubois. Cf. “Entretien”, *Le Monde* de 5-6 novembro de 1995, p. 10.

e o afetivo, que dele constituem o nóculo, venham aí dominar enquanto regime de sentido para toda uma coletividade: em direção a um integrismo radical ou a qualquer outra forma de populismo, isto é, em direção a um tipo ou outro de sociedade de consenso em estado puro. Do totalitarismo “soft” passa-se então bastante facilmente ao totalitarismo sem mais, sobretudo se o *sensus communis*, ao invés de se limitar à partilha de alguns grandes sentimentos (patrióticos, por exemplo), funda-se sobre o contágio das sensações (como isto tende a ser o caso quando a adesão popular está baseada em torno do “estilo”, da imagem corporal ou da voz do chefe), ou ainda, nos casos extremos, sobre a exaltação das afinidades — radicalmente intersomáticas — ligadas à cor, ao odor, à textura da pele.

Já que se tornou banal admitir hoje que a proliferação das novas mídias conduz em direção a um universo da “virtualidade”, implicando uma *desrealização* progressiva das relações sociais, julgamos útil de nossa parte insistir, ao contrário, nas reaparições e nos perigos de um certo tipo de hiperrealidade. A experiência prova que mesmo em um país reputado tão “pragmático” como a Grã-Bretanha, uma simples imagem midiática (nada mais do que um simulacro) pode provocar irresistíveis efeitos de presença, corpo a corpo! Até fazer nascer um verdadeiro culto, unindo diante da efígie de uma princesa uma massa suficiente de adoradores alucinados para esvaziar, de repente, de toda pertinência este outro modo de relação ao mundo, que não depende nem da virtualidade nem da hiperrealidade, mas que se define habitualmente como constituindo a ordem da *realidade simbólica* (ou semiótica) mesma. Como se sabe, é sobre esse regime de construção do sentido que são fundados até o presente todos os sistemas de democracia representativa (compreendendo aí a monarquia, é claro), isto é, depois de dois séculos mais ou menos, o universo mesmo “da” política”, no feminino. É isto que talvez o futuro porá em questão. Veremos então aparecer um regime de sentido que, pretendendo fazer economia de toda mediação nas relações entre governantes e governados (senão abolir mesmo esta distinção), funcionaria sistematicamente *por sedução*, apoiando-se sobre a exacerbação de um sentido estésico comum, ele mesmo ancorado na imediaticidade do sentir e do contato simulado? Certamente, nem sempre sucede o pior, porém, a regressão *aquém do simbólico* parece já em vias de se dar.

Como já indicamos, é um fato que muitos semioticistas, ao menos entre os de inspiração estruturalista, dão grande atenção hoje a tudo o que toca a estesia, e aqui mesmo nos temos esforçado em tirar partido das perspectivas que abre essa noção sobre o plano analítico e operatório. Mas, daí a reduzir tudo a estesia, resta um grande passo que nós nos guardamos de dar. Para isso há duas boas razões. A primeira, de ordem teórica, consiste em que tanto seria errôneo procurar hoje re-

duzir todos os efeitos de sentido a esses componentes perceptivos e sensíveis (ou ainda “tensivos”), quanto, no passado, teria sido arbitrário concentrar toda a atenção sobre as estruturas conceituais que articulam os discursos e as práticas. Todo o problema reside, justamente, no modo de *coexistência* dessas dimensões complementares entre si. A segunda razão é de caráter mais “político”. Se se considera que o “inteligível” e o “sensível” constituem, apesar de tudo o que os articula, dois regimes de sentido *analiticamente* separáveis, então, a dominância eventual de um sobre o outro não pode resultar, de forma alguma, no mesmo sentido, nem no mesmo valor, segundo a esfera de atividade à qual se faz referência.

Esquemáticamente, mantendo-se sobre o plano da construção dos sujeitos enquanto indivíduos, um pouco de estesia, ou mesmo muito, jamais pôde prejudicar alguém, bem ao contrário! Porém, o mesmo não é válido quando se trata da constituição dos sujeitos coletivos. Assim, vamos rever na cinemateca, com gosto, *A condessa descalça*, de Joseph L. Mankiewicz (1954), mas preferiríamos que nos poupassem de uma nova projeção mundial de *A princesa dos olhos abaixados*. Pois mesmo que, a partir de Tarde, ou Simmel, o vocabulário descritivo em parte tenha se modificado, *as massas*, uma vez constituídas, não deixam de ser massas tímidas em estado puro, cuja “sensibilidade” não se excita impunemente. E se alguma ameaça paira diante de nós, um certo número de índices (por exemplo, a evolução recente dos comportamentos eleitorais, ao menos na França e na Itália) nos leva a pensar que, se há algo a temer, não é tanto uma hipotímia coletiva que nos instalaria por muito tempo no universo do “virtual” — aquele das novas mídias —, mas antes o brusco sobressalto de sociedades tão fragmentadas que não estariam mais em condições de se reconstituir como um todo, a não ser que o fizessem de forma *hipertímica*, com a fusão estésica em torno da figura de algum *sedutor*. Até o momento, é verdade, os efeitos de contágio induzidos aqui e acolá por certos grandes *bouffons* da cena política hábeis em lidar com as qualidades estésicas que emanam de sua presença diante de nós acabam por ficar acantoados na periferia do corpo social (Landowski, 1997c). Nada, no entanto, garante que um dia eles não se instalem no seu centro.

Isto, bem entendido, não constitui propriamente falando uma resposta à questão brutal colocada no começo: mas, para onde vamos? Como era previsível, ela ficará em suspenso. Contudo, somos agora capazes de reformulá-la em termos um pouco menos rudimentares. Em relação à questão do sentido, tal como ela se coloca no domínio sociopolítico, a problemática semiótica pode se articular sobre vários planos. Em que medida e em quais condições, primeiramente, o que vemos “se passar” em torno de nós, através do filtro das mídias, oferece, para nós cidadãos,

um sentido? Em seguida, num segundo grau — e por razões técnicas evidentes, a questão se endereça já mais especificamente à parte “semioticista” deste “nós cidadãos” — qual é o sentido da *maneira mesma* pela qual este “espetáculo” tem (ou não) sentido para aqueles que o olham ou o “vivem”? Por outro lado, é possível avaliar o peso social respectivo dos diversos regimes semióticos que coexistem e se afrontam, e que fazem com que haja (ou não) sentido? Enfim, nossas sociedades, estão elas se orientando rumo a uma situação de dominância de um desses regimes sobre o outro? Com as duas primeiras questões, permanece-se sobre o plano *analítico*, aquele da descrição e, tanto quanto possível, da explicação. As duas últimas, mais problemáticas, exigem que se pergunte em que medida se dispõe de meios para fundar uma abordagem *prospectiva*. Não, certamente, em relação à dimensão dos acontecimentos de nosso devir coletivo, porém, ao menos, no que diz respeito às condições semióticas das quais dependem as formas que este devir poderia tomar.

E a tudo isso se superpõe, enfim, uma última dimensão, aquela da interpretação *crítica*. Pois, uma vez descrito “o que se passa” e considerado “o que vem” (o que poderia advir, a partir do que é), como não avaliar, tomar posição e, se for o caso, tentar de uma maneira ou de outra desviar o curso das coisas em uma outra direção? Proibir-se toda e qualquer forma de avaliação e de intervenção em nome de uma concepção purista da cientificidade seria, da parte daquele que se diz sociosemioticista, um pouco paradoxal. De fato, como analisar o devir das formas do sentido socialmente vivas sem ser sequer um pouco “sensível”, sem ter, antes mesmo de empreender a análise metódica, ao menos uma certa compreensão intuitiva, sem *sentir* do interior o que está em jogo “no que se passa”, e sem ser de algum modo, ao mesmo tempo, afetado? Sem ressentir, por conseqüência, o peso de uma atualidade que se trata, certamente, de tomar por “objeto” de análise, mas que, ao mesmo tempo, nos inclui e algumas vezes nos toca diretamente? Em outros termos, trabalhar na elaboração de uma semiótica do cotidiano e do vivido (isto é, da experiência e das situações) é admitir, de antemão, um forte grau de envolvimento de nossa parte enquanto que analista em relação ao real.

No entanto, de um outro lado, nós sabemos bem que aquilo que é da ordem puramente reativa (a indignação, por exemplo) não contribui para aumentar a inteligibilidade dos fenômenos e não tem valor de análise. Daí a necessidade de assumir, sobre o plano epistemológico, uma posição ela também “complexa” onde sujeito e objeto se interpenetram. Isso quer dizer que, mais do que procurar resolver de uma vez por todas, categoricamente, as ambivalências que, necessariamente, daí resultam, é somente na e pela prática que se deverá, e poderá, ajustar seu próprio regime de olhar à natureza do “objeto”. Nessas condições, por que não confes-

sar que a semiótica não é ainda uma “ciência” — não ainda?... em todo caso não totalmente, ao menos segundo a acepção positivista do termo. Para nós, ela seria efetivamente sobretudo um certo *olhar* sobre as coisas: um olhar que quer ser tão rigoroso quanto for possível, sabendo, entretanto, que a maior parte de nossos pretensos objetos só fazem sentido quando sabemos reconhecer neles tantos outros *sujeitos* que, por sua vez, também nos olham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSARAF, A. (1993). *Quand dire, c'est lier, Nouveaux Actes Sémiotiques*, 28.
- ASSIS SILVA, I. (ed) (1996). *Corpo e sentido*, São Paulo, Edunesp.
- BUCHER, G. (1997). “De la perfection de la théorie à l'imperfection des lettres”, in Landowski, E. (ed.), *Lire Greimas*, Limoges, Pulim.
- DIAS, L. G. (1997). *A materialidade na pintura de Nuno Ramos*, dissertação de mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Comunicação e Semiótica.
- DORRA, R. (1988). “Que la semiótica puede ser también una dicha”, *Espacios*, Vol. 13, Puebla.
- _____ (1997). “El sopro y el sentido”, in *Entre la voz y la letra*, México, Plaza y Valdés.
- _____, Landowski, E. e Oliveira, A. C. de (eds.) (1998a). *Semiótica, estesis, estética*, São Paulo-Puebla, Educ-UAP.
- _____ (1998b). “Entre el sentir y el percibir”, in R Dorra et. al. (eds), *Semiótica, estesis, estética, op. cit.*
- ECO, U. (1987/1992). “Notes sur la sémiotique de la réception”, *Actes Sémiotiques-Documents*, IX, 81, 1987 (texto retomado em *Les limites de l'interprétation*, Paris, Grasset, 1992; *Os limites da interpretação*, trad. P. de Carvalho, São Paulo, Perspectiva, 1999).
- FLOCH, J. M. (1995a). “L'Eve et la ciste. L'emblème aromatique de la cuisine de Michel Bras”, in *Identités visuelles*, Paris, Presses Universitaires de France.
- _____ (1995b). *Identités visuelles*, Paris, Presses Universitaires de France.
- _____ (1997). *Une lecture de Tintin au Tibet*, Paris, Presses Universitaires de France.
- FONTANILLE, J. (1997). “Compte-rendu”, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 52.
- FRAYSE-PEREIRA, J. (1995). “Greimas e a fenomenologia”, in Landowski, E. e Oliveira, A. C. de (eds.), *Do inteligível ao sensível*, São Paulo, Educ.
- GENINASCA, J. (1984/1987). “Le regard esthétique”, *Actes Sémiotiques-Documents*, VI, 58, 1984. Texto retomado em *La parole littéraire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- GREIMAS, A. J. (1966). *Sémantique structurale*, Paris, Larousse (*Semântica estrutural*, São Paulo, Cultrix/Edusp, 1973).
- _____ (1970). *Du sens*, Paris, Seuil, 1970 (*Do sentido*, trad. Ana Cristina Cezar et al., Petrópolis, Vozes, 1975).
- _____ (1976). *Sémiotique et sciences sociales*, Paris, Seuil (*Semiótica e ciências sociais*, trad. A. Lorencini e S. Nitrini, São Paulo, Cultrix, 1981).
- _____ e COURTÉS, J. (1979). *Sémiotique Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette (*Dicionário de semiótica*, trad. Alceu A. Lima et. al., São Paulo, Cultrix, 1983).

- _____ (1987) *De l'imperfection*, Périgueux, Fanlac (trad. esp. R. Dorra, *De la imperfección*, México-Puebla, FCE.-UAP, 1990).
- HÉNAULT, A. (1994). *Le pouvoir comme passion*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KEANE, T. (1991). "Figurativité et perception", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 17.
- LANDOWSKI, E. (ed.) (1981). *Le carré sémiotique*, *Actes Sémiotiques-Bulletin*, IV, 17, 1981.
- _____ (1988). "La lettre comme acte de présence", in Cl. Calame e al. (eds), *La lettre*, Éditions universitaires de Fribourg.
- _____ (1989). *La société réfléchie*, Paris, Seuil (*A sociedade refletida*, trad. E. Brandão, São Paulo/Campinas, EDUC-Pontes, 1992).
- _____ (1995). " Régimes de présence et formes de popularité", *Opción*, XI.
- _____ (1996). "Viagem às nascentes do sentido", in I. Assis Silva (org.), *Corpo e sentido*, São Paulo, Edunesp.
- _____ e J. L.Fiorin (eds) (1997a). *O gosto da gente, o gosto das coisas*, São Paulo, Educ.
- _____ (ed.) (1997b). *Lire Greimas*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- _____ (1997c). *Présences de l'autre*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997 (*Presenças do outro*, São Paulo, Perspectiva, 2001).
- _____ (1998a). "De la contagion", in *Sémiotique gourmande. Du goût, entre esthésie et socialité*, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, X, 55-56 ("Sobre el contagio", in Dorra, R. et al. (eds), *Semiótica, estesis, estética*, São Paulo-Puebla, Educ-UAP, 1998).
- _____ (ed.) (1998b). *Sémiotique gourmande. Du goût, entre esthésie et socialité*, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, X, 55-56.
- MARMO, C. e Pozzato, M. P. (1989). "Dai sensi al senso", *Carte Semiotiche*, 6.
- MARRONE, G. (1995a). *Il dicibile e l'indicibile. Verso un'estetica semio-linguistica*, Palermo, L'epos.
- _____ (ed) (1995b). *Sensi e discorso.L'estetica nella semiotica*, Bolonha, Esculapio.
- _____ (1998a). "Tre estetiche per la semiotica", in Dorra, R. et al. (eds), *Semiótica, estesis, estética*, São Paulo-Puebla, Educ-UAP.
- _____ (1998b). *Estetica del telegiornale*, Roma, Meltemi.
- MARSCIANI, F. (1990). *Ricerche in torno alla razionalità semiotica*, tese, Bolonha.
- _____ (1994). "L'occhio, lo spirito e la scrittura", in Marrone, G. (ed.), *Il testo filosofico*, Palermo, L'Epos.
- _____ (1995). "Riflessioni sull'immagine" in Marrone, G. (ed.), *Sensi e discorso*, Bolonha, Esculapio.
- _____ (1996). "Premessa", in A. J. Greimas e J. Fontanille, *Sémiotique des passions*, Milão, Bompiani (*Semiótica das paixões*, trad. Maria José R. Coracini, São Paulo, Ática, 1993).
- _____ (1998). "Le Nouveau Monde ", in E. Landowski (ed), *Sémiotique gourmande. Du goût, entre esthésie et socialité*, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, X, 55-56.
- OLIVEIRA, A. C. de (1997). *Vitrinas: acidentes estéticos na cotidianidade*, São Paulo, Educ.
- _____ (1998). "A estesia como condição do estético", in Dorra, R. et al. (eds), *Semiótica, estesis, estética*, São Paulo-Puebla, Educ-UAP).
- _____ e Landowski, E. (eds) (1995), *Do inteligível ao sensível*, São Paulo, Educ.
- OUELLET, P. (1992). "Signification et sensation", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 20.
- POZZATO, M. P. (1991). "Le monde textuel: Greimas, Merleau-Ponty et quelques autres", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 18.
- _____ (ed.) (1995). *Estetica e vita quotidiana*, Milão, Lupetti.

- _____ (1997). "L'arc phénoménologique et la flèche sémiotique", in E. Landowski (ed.), *Lire Greimas*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- REBILLOU, J.-L. (1998). "De la sensibilidad como inteligibilidad", in Fachine, Y. e Oliveira, A. C. de (eds.), *Imagens técnicas*, São Paulo, Hacker-Centro de Pesquisas Sociosemióticas.
- SEARLE, J. F. (1983). "The Word Turned Upside Down", *New York Review of Books* (tradução francesa, "Déconstruction, ou le langage dans tous ses états", Combas, Editions de l'éclat, 1992).
- TATIT, L. (1994). *Semiótica da canção: melodia e letra*, São Paulo, Escuta.
- _____ (1995). "A semiótica e Merleau-Ponty" in Landowski, E. e Oliveira, A. C. De (eds.), *Do inteligível ao sensível*, São Paulo, Educ.
- _____ (1997). "Musicalisation de la sémiotique", in Landowski, E. (ed.), *Lire Greimas*, Limoges, Pulim.

Eric Landowski é diretor de pesquisa no CNRS (Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques). Co-edita, desde a sua criação, a revista *Actes Sémiotiques* (hoje, *Nouveaux Actes Sémiotiques*). Além de ministrar cursos avançados em universidades da Itália, Espanha, Lituânia ou México, entre outras, é professor convidado permanente do Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP, na qual também dirige o Centro de Pesquisas Sociosemióticas (CPS). É autor, entre outros, dos livros *La société réfléchie. Essais de sociosémiotique*, Paris, Seuil, 1989 (*A Sociedade refletida*, São Paulo-Campinas, Educ-Pontes, 1992) e *Présences de l'Autre*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997 (*Presenças do outro*, São Paulo, Perspectiva, 2001).

Tradução de Ana Cláudia de Oliveira
e Márcia da Vinci de Moraes, com revisão do autor